

AGORA

FENAE

É tempo de arraiá



FENAE AGORA - edição 5 - ano 1 - nº 5 - junho de 1988 - assinatura gratuita



O casamento
ainda resiste?



Seca: o flagelo
do Nordeste

Seis horas

Exercite esta conquista



Campanha pelo valorização da vida

FENAE - Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF

FAVOR FIXAR NO QUADRO DE AVISOS CONFORME CLÁUSULA 47 DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

AGORA

FENAE

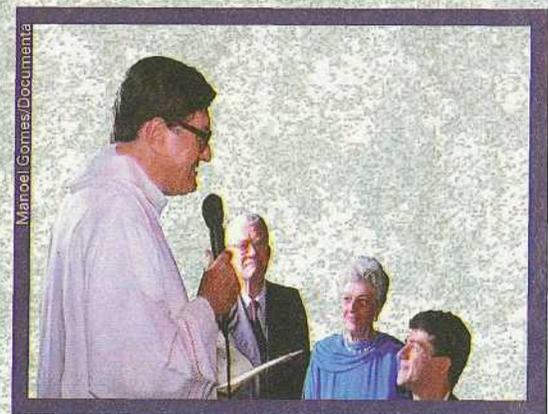
- 5 Navegantes: voe pela Internet com a FENAE
- 7 Janio de Freitas aborda a falta de democracia no país
- 8 Seca e fome flagelam dez milhões de nordestinos
- 10 A Coristituição está no fim sem sequer ter começado
- 14 Oiretor representante: uma figura em extinção
- 16 FENAE comemorou 27 anos em maio de 1998
- 21 No Congresso: o sistema financeiro em banho-maria
- 32 Târik de Souza fala do rei dó forró, Luiz Gonzagão
- 33 Sol, mar e arquitetura: os encantos de Porto Seguro
- 36 Eucalipto é a árvore mais plantada no mundo todo



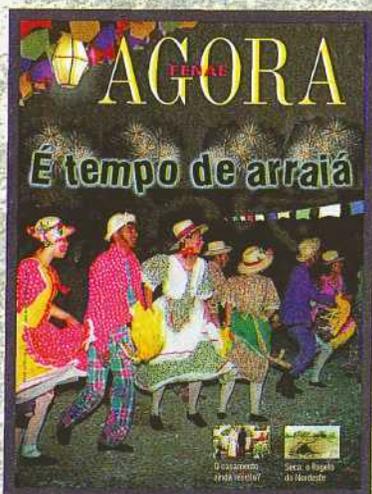
Carlos Borges, diretor da FENAE, entrega o prêmio do concurso do "ET" para Sandra Tavares, de Minas
Pág; 6

O casamento ainda persiste como uma meta de todos, mas o número de divórcios cresce mais, proporcionalmente

Pág.18



La Fischer
na Pág.5



Capa: É tempo de arraiaá. São João, São Pedro e Santo António marcam as festas juninas que tomam conta do país, com ênfase no Nordeste



Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Telex: (061) STM400 - Caixa Postal 33794
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br
(Alternex): fenae@ax.ibase.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Caser
Vice-Presidente:
José Francisco Zimmermann
Diretor Financeiro
Carlos Borges
Diretor de Relações no Trabalho:
João Alberto Garcia Moschkovich
Diretor Administrativo:
Admilson dos Santos Canuto
Diretor de Esportes:
Jorge Cruz Marçal
Diretor Cultural:
Emanuel Souza de Jesus
Suplente: José Durval Fernandes Reis

Conselho Fiscal

Orlando Martins Pinto
Jesus Rodrigues Alves
Cláudio Pimentel Corrêa

Suplentes

Daniilo Aguiar Ferreira
Bernadete Santos de Aquino

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Jorge Peixoto de Mattos
Vice-Presidente: Maria Auxiliadora de Almeida Gama
Secretário: Fernando de Mello

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Evandro Peixoto,
Mareio Sardi

Colaboradores: Aloysio Biondi, Janio de Freitas,
Tárik de Souza, José Trajano, Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem: 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de
responsabilidade dos seus autores
Distribuição gratuita

A festa e o flagelo

Nem só de futebol vive o Brasil. Que o digam Caruaru e Campina Grande, as cidades do interior do Nordeste que sediam "as maiores"

festas juninas do país. Tradição trazida pelos portugueses, atualmente comemora os dias de São João, São Pedro e Santo Antônio em todo o país.

Mas como é difícil falar em festa sem lembrar do "penetra", vale a pena recordar que em outubro completam dez anos da promulgação da Constituição. Aquele avanço democrático, social e de cidadania foi quase todo rasgado por um Poder Exe-

cutivo concentrador, que tolheu o espaço do Legislativo, com a complacência do Judiciário.

Nesses tempos de crise, o sertão vive a dualidade da festa e da fome.

A seca flagela dez milhões de pessoas, carentes de poderes que possam zelar pelo bem-estar da população. São as contradições do Brasil expairando-se pelo país, rico em belezas naturais e em história, mas que conta os dias

para ver o sol nascer de novo sem maldizer sua condição de nordestino. Assim, fica difícil comemorar os 500 anos de descobrimento.

A dualidade do
Nordeste se
divido entre a
festa e a seca



Dos LEITORES

Alegria

Sou empregado aposentado da Caixa Econômica Federal e tomei conhecimento da revista FENAE AGORA na agência onde recebo meus míseros vencimentos, em São Carlos (SP). Gostei e muito me alegra poder recebê-la mensalmente.

José Eduardo Sobreira
São Carlos (SP)

Colaboração

A redação da FENAE AGORA tem recebido colaborações por escrito de Antônio Carlos Estevam, empregado aposentado da Caixa Econômica Federal. Abaixo, reproduzimos um pequeno trecho do artigo que ele nos enviou sobre Curitiba. Diz o texto: "Os descendentes de poloneses, ucracianos e alemães, população original de Curitiba há 355 anos, foram amorenados nesta última quarta parte do século com as levas de

nordestinos, paulistas e gaúchos que engrossaram a força de trabalho da capital do Paraná"... "Como se não fosse no Brasil, a cidade tem saúde sem fila. São 63 unidades básicas de saúde, cinco 24 horas e mais cinco especializadas. Curitiba atende 2,3 consultas/habitante/ano."

Antônio Carlos Estevam
Ubá (MG)

Justiça

Parabéns pela reportagem "Que justiça é essa?", matéria de capa da edição número três - abril/98. Realmente estou convicto que somente com a retificação do art. 101 da Constituição Federal teremos um STF "guardião da Carta Magna". Mas como retificar se o povo brasileiro tem um nível educacional tão baixo?

Luís Francisco Campos
Brasília (DF)

Eterna miss

Nada menos que 225 endereços na Internet têm informações sobre Vera Fischer. A fama da atriz se justifica: das notícias, a maioria tem fofocas e pequenos escândalos em que ela esteve envolvida. Ao lado de Marta Rocha, La Fischer é um dos raros exemplos de sucesso entre ex-misses Brasil, para o bem ou para o mal.



Zulene de Souza CB Press

Navegantes

Padre **V**oador

Nascido no Brasil, o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, que viveu no início do século XVIII, é reconhecido como herói em Portugal. Em 1709, Gusmão mostrou ao rei D. João V seu "instrumento de andar pelo ar". Hilária é a descrição do acontecido, no site português <http://www.cncdp.pt/cncdp/crista/17/5.html>: "O balão elevou-se a uma altura de quatro metros e deambulou ao acaso, embatendo onde calhava".

A experiência rendeu ao padre voador o financiamento de suas experiências pelo rei. E Gusmão seguiu construindo suas "passarolas", cada vez maiores.



Rogério Faissal/Documenta

Um brasileiro na França

Às vésperas do aniversário de 200 anos das peripécias de Gusmão, em 1906, outro brasileiro voltava à Europa para "andar pelo ar". Santos Dumont. Em Paris, o 14-Bis (chamado assim porque seu criador, supersticioso, pulou o número 13 ao nomear seus equipamentos) foi o primeiro aviador a levantar vôo num aparelho mais pesado que o ar. Foram 60 metros de vôo, a dois metros do solo.

Mas o avião não foi sua única invenção difundida. Para controlar o tempo de vôo, o brasileiro criou o relógio de pulso. É de Santos Dumont também a autoria de um certo deslizador aquático, que não teve aplicação prática. E do chuveiro tal qual o conhecemos hoje.



Rogério Reis/Documenta

FENAE AGORA: imprensa l@fena.org.br Diretoria: fena@fena.org.br

Ituiutaba ganha prêmio do "ET"

Sandra Tavares, de Minas Gerais, venceu o concurso de nossa primeira edição

Sorte grande teve a mineira Sandra Tavares de Farias Sales, empregada da CEF em Ituiutaba (MG). Ela embarcou na idéia do sorteio "Encontre o ET" e, em decorrência disso, foi escolhida entre os 3.512 cupons devolvidos para a Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE) por empregados da CEF de todo o país. A iniciativa pioneira desse sorteio partiu da primeira edição da revista FENAE AGORA, uma publicação que se propõe a servir de ponte para discutir idéias, informações e cidadania.

Por ter sido a sorteada, Sandra Sales ganhou uma passagem para Salvador, com direito a acompanhante, e hospedagem por um final de semana. O prêmio é intransferível e pode ser usado até fevereiro de 1999. No dia 15 de maio, a agência Ituiutaba parou para comemorar a vitória e a futura viagem de uma de suas caixas flutuantes. Sandra recebeu a passagem das mãos de Carlos Borges, diretor Financeiro da FENAE, e disse que o prêmio estimula o empregado da Caixa a tomar consciência



Carlos Borges, diretor Financeiro da FENAE, entrega para Sandra as passagens a Salvador

da importância da revista. Para quem não sabe, a cidade de Ituiutaba faz parte do Triângulo Mineiro e a viga mestra de sua incipiente economia atende por um pitoresco binômio: agropecuária e comércio.

Credibilidade Para Borges, o retorno obtido com a promoção demonstra que **FENAE AGORA** vem se consolidando como uma experiência acertada e promissora na área de comunicação, dentro do contexto nacional. Isso, segundo ele, ratifica as pesquisas feitas pela diretoria da

FENAE acerca da credibilidade e aceitação de seus veículos de imprensa junto aos empregados da Caixa.

Terminada a festa de entrega do prêmio, a agência de Ituiutaba se reuniu com o diretor Financeiro da FENAE, com Antônio Bráulio (ex-assessor do Direp/CEF) e com Antônio Carlos de Oliveira - Cacá, Paulo Elias da Silva e Delfino Eurípedes M. Rodrigues, respectivamente, presidente, diretor de Relação do Trabalho e integrante do Conselho Deliberativo da APCEF de Minas Gerais. O encontro, que contou com a participação da maioria dos 47 funcionários daquela unidade, discutiu assuntos como plano de cargos e salários (PCS). 

Sem defesa

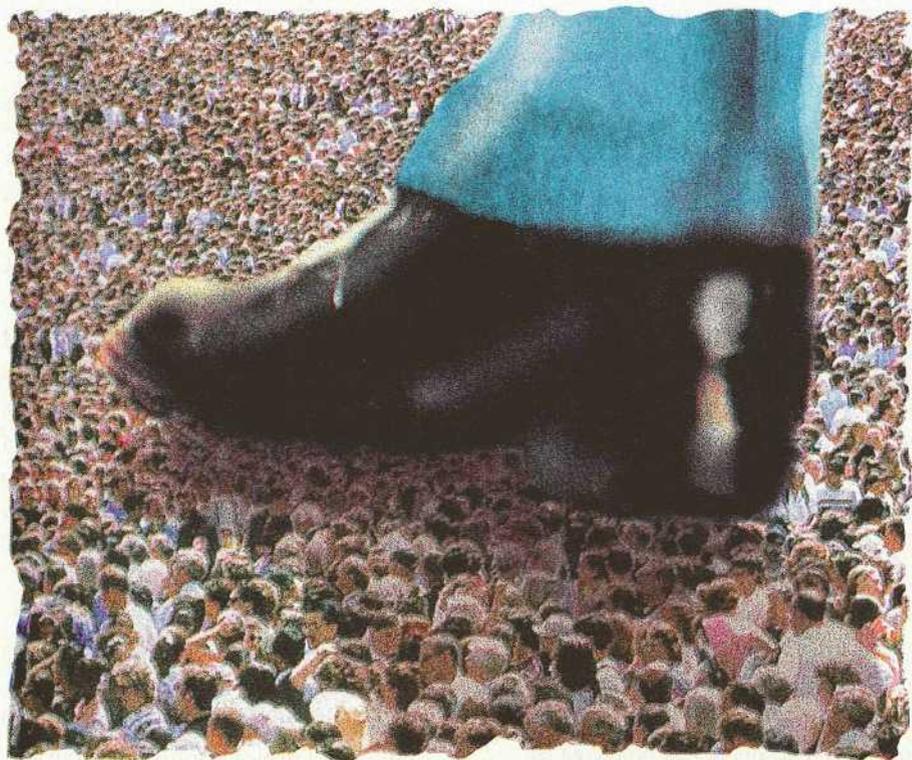
■ Janio de Freitas

Seca, incêndio, epidemias deixam o seu rastro de sofrimento desnecessário. Milhares incontáveis de pessoas tornaram-se vítimas de dramas e tragédias pelo fato, corriqueiro como o vento, de que o governo não tomou em tempo as providências que dele eram reclamadas. E então, acuado no flagrante da sua inutilidade, presidente e ministros adotam a agressividade verbal para transferir as culpas a quem não pode se defender da acusação. Se necessário lançam a força do Estado contra as vítimas, para melhor caracterizá-las como culpadas.

A máquina de opinião e propaganda, que são os meios de comunicação e os jornalistas, entra com sua parte na engrenagem. E, não importa a natureza do drama ou tragédia, não importa o seu alcance, a consequência é sempre a mesma: a falta de consequências para o governo e seus controladores diretos. Segue-se o esquecimento - deliberado, construído, intransponível.

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, verbas do Orçamento, verbas extraordinárias, cargos públicos, tudo cabe nas relações do governo com os parlamentares que aprovem os desejos governamentais. Ficou muito evidente esta forma de corrupção? Pronto: a culpa é dos parlamentares, a "bandapobre do Congresso". Nenhuma consequência moral, judicial ou institucional. Nem a compra de votos parlamentares com dinheiro vivo, confessada e documentada, na mais importante votação do Congresso desde o fim do regime militar - projeto da reeleição - foi suficiente para mudar o funcionamento da engrenagem.

Se o governo decide ignorar os direitos do funcionalismo e mantê-lo por quatro anos sem coireção salarial, é só isso mesmo que



acontece, e nada mais. A dívida interna cresce stupidamente, impulsionada pelos juros boçais, e isso não produz a menor consequência para o governo e seus controladores, embora represente uma nova camisa-de-força para o país e para a sociedade em geral. A indústria nacional se esfacela, a remessa de lucros dos seus novos proprietários se agiganta, e isso não é ao menos cobrável do governo. O desemprego não encontra freios e a ele o governo só destina trechos de discursos e declarações. Mas a sociedade nada pode diante de uma política econômica aplicada à margem das angústias nacionais.

Logo, existe uma Constituição, as instituições estão com as portas abertas, mas os cidadãos não têm como se defender da ação governamental. O país não está sob ditadura, mas seus cidadãos estão em condições,

relativamente ao governo e às instituições, equivalentes às de uma ditadura.

Medidas Provisórias reeditadas 30, 40 e mais vezes são apenas uma cara nova para os decretos dos tempos ditatoriais: a vontade do Executivo imposta ao país sem interveniência de qualquer outro poder de fato representativo. Então o governo tudo pode, mesmo, nem um pequeno exemplo se encontra para dizer, pelo menos, que no Judiciário ou em alguma parte existe uma possibilidade concreta e eficiente de defesa para a sociedade.

Nesse quadro, um drama sintetiza todos os dramas brasileiros: é a inexistência de democracia, embora formalmente não haja ditadura.

Janio de Freitas,

jornalista

Prioridade monetária leva à falta de recursos

O que um ponto percentual a mais na taxa de juros ou a desvalorização de 10 centavos no real em relação ao dólar têm a ver com a fome de 10 milhões de pessoas? Nada, se a fome for tratada simplesmente como consequência da seca. Tudo, caso se perceba que o problema não foi combatido e se agravou por uma política econômica equivocada - e que, apesar disso, persiste há quatro anos, com altas taxas de juros, câmbio sobrevalorizado, dependência externa e aposta na recessão para frear impulsos inflacionários.

Com o objetivo de garantir a estabilidade sem inflação, pilar da gestão atual, o governo relutou em injetar recursos no Nordeste para combater a seca. Além do mais, sempre é bom não gastar o dinheiro que já não existe, gasto por conta desta mesma estabilidade. Somente o agravamento do problema fez a mágica dos recursos acontecer.

O trabalho de minimizar estes e outros casos é facilitado pela convivência de analistas econômicos e da imprensa, que não buscam a fonte para a fome, queda nas vendas, desemprego, fechamento de empresas. Os resultados da política equivocada estão a ponto de esgotar a capacidade do país atrair dólares especulativos, sua principal âncora.

A "auto-armadilha" foi tão bem preparada que o governo não tem nem a possibilidade de ministrar o remédio necessário. Se baixar os juros, vê o capital especulativo procurar mercados mais favoráveis. Para baratear as exportações, precisaria de ajustes no câmbio. Entre a cruz e a caldeirinha, à equipe econômica só resta agora torcer para que os juros continuem atrativos. E para que chova no Nordeste. É pouco provável que exista um pajé tão versátil nas hostes governistas.

No sertão, a falta de comida atinge 10 milhões de pessoas e se espalha por 10 estados. São 1.235 municípios do Nordeste - com exceção do Maranhão -, Espírito Santo e norte de Minas Gerais. A situação leva aos saques, quase tão antigos quanto sua causa. As ações das pessoas famintas são seculares, resposta histórica ao descaço dos governantes.

Em meio às cenas de caminhões interceptados e supermercados vazios, o governo contesta a legitimidade do que o direito chama de "furto famélico". O presidente taxou de "irresponsáveis" os líderes sociais e religiosos que defendem os saques. Tentou atingir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), principal alvo de uma "caça ao bode expiatório" patrocinada pelo governo. O ministro da Justiça, Renan Calheiros, condenou o MST, que estaria utilizando politicamente os saques.

No entanto, relatório da Polícia Federal revela que o movimento esteve à frente de apenas nove dos 46 saques ocorridos entre 10 de março e 22 de maio. O ministro da Justiça insistiu no erro ao afirmar que toda a ação foi liderada "pelo MST ou por sindicatos instrumentalizados pelo MST".

Os saques existem, segundo Gilberto Portes, da coordenação nacional do movimento, porque "não dá para resolver a situação sem dar comida imediatamente ao povo". Fome requer alimentos, é óbvio. O MST também aponta como solução emergencial a criação de frentes de trabalho, em parâmetros mais avançados que as modestas um milhão de vagas pretendidas pelo governo.

Apesar destas medidas ajudarem a curto prazo, são necessárias reformas estruturais para eliminar as consequências da seca. O MST propõe acabar com a concentração de terra e água, "mexendo com a base de sustentação do governo"; redirecionar os recursos financeiros ao Nordeste,

tirando-os das mãos dos usineiros; implantar agroindústrias agregadas à produção; e erradicar o analfabetismo.

História O primeiro relato da seca no Nordeste ocorreu em 1559, segundo o livro "História da Companhia de Jesus no Brasil". Naquele século e no seguinte, a estiagem não foi levada a sério, por afetar somente índios e uns poucos colonizadores.

A primeira seca preocupante dizimou quase 90% do rebanho bovino cearense, entre 1777 e 1788. Exatamente um século depois, em 1877, um milhão de pessoas morreram devido à estiagem. O historiador Brito Guerra informa que este episódio, conhecido como "seca grande", motivou as primeiras ações paliativas do governo imperial.

Vêm do tempo do Império, também, as propostas de transposição do rio São Francisco para irrigar o sertão. O engenheiro Swami Villela, da USP, estima em R\$ 3 bilhões os gastos. Pouco, se forem contabilizados os benefícios: seis milhões de pessoas, irrigação de 334,2 mil hectares, perenização de 2.100 quilômetros de rios temporários. Segundo o engenheiro, os investimentos retornariam em seis ou sete anos, com a produção agrícola.

A proposta renasce a cada quatro anos, em média. Nunca vingou. O governo prefere mesmo soluções paliativas, como a recente liberação de R\$ 650 milhões em recursos para as frentes de trabalho, contingenciados de outras áreas do orçamento. As pessoas recrutadas receberão R\$ 80,00 por mês, durante 10 meses, trabalhando 27 horas semanais. O governo pretende dar emprego a um milhão de pessoas - o que, para o MST, é pouco, por beneficiar apenas 10% da população atingida pela seca.

Cidadania

Se vontade política anda em falta, solidariedade sobra. Várias entidades têm organizado campanhas para recolher alimentos. Entre elas, sindicatos, associações do pessoal da Caixa e comitês de ação da cidadania dos empregados.

Exemplar foi a atitude do grupo Pão de Açúcar. Desempregados e trabalhadores sem-terra ocuparam estacionamentos de supermercados do grupo para protestar contra a seca. Em nota oficial, o Pão de Açúcar observou: "O movimento é pacífico e a empresa está orientada a assumir atitude pacífica em relação aos manifestantes". O governo estadual paulista enviou a Polícia Militar para coibir os manifestantes. Os policiais foram convidados a se retirar por um diretor do grupo. FA

Secca Fome

Nove cartas mostram a instabilidade política

Desde que se libertou do domínio português, o Brasil já teve nove constituições. A de 1988, por exemplo, talvez tenha sido a única em que a participação popular foi relativamente decisiva.

A primeira das constituições brasileiras é de 1824 e foi promulgada autoritariamente pelo imperador dom Pedro I, que dissolveu a Assembléia Constituinte de 1823. Proclamada a República em 1889, uma Assembléia Constituinte foi convocada para elaborar uma nova Constituição. A carta de 1891 foi revogada pelo movimento de 1930, desencadeando em 1934 uma nova Constituição para o país, ainda desta vez preparada por uma Assembléia Constituinte. Foi revogada pelo golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo e promulgou texto constitucional sob inspiração fascista.

Ventos democratizantes sopraram em 1945. Foi convocada uma Assembléia Constituinte, a quem coube elaborar e votar a Constituição de 1946, com característica liberal e conservadora. Após 1964, a Constituição de 1946 começou a ser revogada parceladamente e terminou sendo substituída em 1967, por uma Constituição promulgada por Castelo Branco. Mas em 1969 surge a chamada emenda constitucional, outorgada por junta militar. Em 1979 o general Geisel revoga o AI-5 e promove uma reforma na Constituição.

A partir de 1984 ganha corpo o movimento por uma Constituinte livre e soberana, que desencadeou em 1988 na Constituição mais democrática que o país já teve.

Constituição

A promulgação da Constituição completa dez anos em ou

Dez anos se passaram. A atual Constituição brasileira, promulgada em cinco de outubro de 1988, tornou-se um marco histórico seguido por um desastre de iguais proporções. Naquela época, o país estava saindo de um período autoritário e, em decorrência disso, uma Assembléia Nacional Constituinte foi instalada com o objetivo de estabelecer um novo ordenamento democrático aos poderes da República. Daí que, de certo modo, com seus mais de 200 artigos, o texto constitucional saído desse processo expressa as contradições e as tensões da luta pela democratização da sociedade, uma bandeira absorvida por amplos setores. Um sinal de que o anseio por democracia está nela traduzido.

Sete anos depois de concluída essa fase, que garantiu a volta da eleição direta para presidente da República, passando pela desastrosa temporada de Fernando Collor de Mello no Palácio do Planalto, o governo Fernando Henrique Cardoso mergulhou o país na pior recessão econômica das últimas seis décadas.

Com apenas dez anos, a ser completados em outubro deste ano, a Constituição Federal é ainda muito recente. Tão nova mas já impregnada da doença de não conseguir entrar em vigor. Isto é o que garante o advogado e professor-titular da Facul-

dade de Direito da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato. "A Constituição é hoje o que a Presidência da República quer que ela seja, sabendo-se que todas as vontades do Planalto são confirmadas pelo Judiciário", acusa Comparato - doutor pela Universidade de Paris. Ele afirma que a carta promulgada em 1988 tem sido incapaz de proteger o cidadão contra o abuso de poder dos governantes. E denuncia: "Hoje, diferentemente de outras épocas, a ditadura presidencial compreende também o poder de legislar e o de emendar a Constituição, tudo sob as vistas complacentes do Judiciário".

Essa ditadura constitucional denunciada pelo jurista Comparato se reflete na adoção indiscriminada de medidas provisórias, prevista pelo artigo 62 da Constituição Federal apenas para casos de relevâncias e urgências e que fixa em 30 dias seu prazo de vigência sem aprovação do Congresso Nacional. O curioso é que essa cada vez maior concentração de poder pelo Executivo ultrapassa os limites do princípio constitucional que estabelece independência entre os poderes.

O caso da emenda da reeleição é um salutar exemplo de distorções dessa natureza. A proposta original foi patrocinada pelo atual chefe do Executivo, não nasceu de uma aspiração popular e, depois de

A ditadura
presidencial
compreende o
Legislativo

FA

o desprezada

ubro. Interesses minoritários predominam nos "remendos" sofridos pela Carta Magna

aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, foi alterada em segundo turno e, em seguida, novamente alterada no Senado. Não foi sequer obedecida a exigência constitucional de que uma proposta de emenda seja aprovada pelo menos duas vezes em cada casa do Legislativo.

Nos últimos três anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou e reeditou uma medida provisória a cada 30 minutos. Até 22 de maio deste ano, segundo levantamento da assessoria técnica da Liderança do PT na Câmara, o governo federal editou 153 MPs, numa média de 2,84 por mês. No caso de reedições, os números impressionam: 1.880.

Catacumbas

Para entender o caldo de democracia da Constituição de 1988, é preciso voltar no tempo das catacumbas, numa época em que a idéia da Constituinte como método para unificar as forças de oposição ao regime militar surgiu como palavra de ordem de organizações clandestinas, logo após os primeiros anos do golpe. Entidades estudantis, trabalhadores da cidade e do campo, empresários, representantes da Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) incorporaram essa bandeira, tornando o clamor da Constituinte mais poderoso. Daí foi um pulo para que setores das elites nacionais, instalados basicamente em torno da Aliança Democrática (PMDB mais dissidentes do PDS), aderissem ao movimento, fazendo do então deputado Ulysses



Naquela época, os trabalhadores rurais já pressionavam o Congresso pela reforma agrária

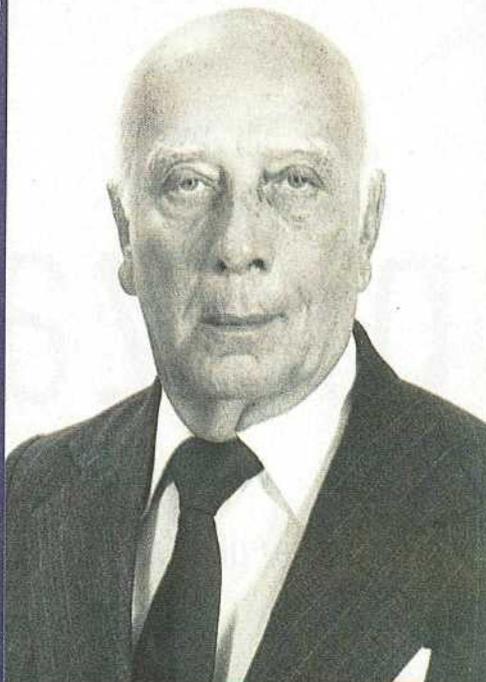
Guimarães presidente da Câmara Federal e da Assembléia Nacional Constituinte, quando essa última foi instalada em meados de março de 1986.

De lá pra cá, o que mudou? O paralelo é feito pelo deputado José Genoíno (PT/SP). "Em 88 vívamos um período de extrema efervescência política e institucional no país, em que a disputa se dava no plano de programas ainda com certa influência da ideologia. Hoje, por outro lado, estamos vivendo uma realidade cujo grande desafio da democracia é a crise social, o apartheid social, a desagregação social, o desemprego, a fome e a miséria que colocam uma parte da população brasileira num es-

tágio inferior de dignidade humana", assegura Genoíno, que integrou como deputado o processo constituinte forjado naquele período pós-governos militares.

Ele é da opinião que, em tempos de ditadura neoliberal, a democracia precisa ser substantivada, a fim de garantir o mínimo de cidadania para uma população que não pode ser excluída de qualquer esperança. Genoíno explica que foi muito difícil equilibrar, levando em conta a conjuntura política do final da década de 80, o ponto correto entre o retrovisor e o pára-brisa, "o que impediu a mediação justa".

O advogado Adacir Reis, assessor jurídico da Federação Nacional das Associa-



Ulysses Guimarães presidiu a Constituinte de 1988

ções de Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE), classifica de rígida a atual Constituição brasileira. "Para ser reformada, nos pontos em que isso é permitido, exige-se quórum qualificado (3/5 em dois turnos em cada casa do Congresso). No entanto, mesmo com essa pretensa rigidez, a carta está sujeita a mudanças constantes, vício em grande medida herdado da tradição ibérica. Tudo vai para o papel", analisa Reis.

Este foi o caso, segundo ele, do teto da Previdência pública que as oposições, temendo uma privatização mais radical, insistiram em colocar no texto da PEC 33 (proposta de emenda constitucional). Resultado: o teto foi fixado no valor nominal de R\$ 1.200, condenado precocemente a ficar caduco. Significa que "a norma que seria garantidora de direitos, corre o grave e provável risco de amanhã ser proibitiva, pois o benefício não poderá ser maior que o

fixado na Constituição".

Regulamentação

Emblemático ainda é o problema da regulamentação. Essa figura

jurídica foi criada pelos constituintes de 1988 para substituir a ausência de consenso. Assim, quando não há consenso, remete-se a matéria para regulamentação. Se é menos complexa, para lei ordinária, aprovada por maioria simples. Se é mais complexa, para lei complementar, que exige maioria absoluta. O abuso a esse recurso foi tanto que, às vezes, em um mesmo artigo (por exemplo - o 7º), que trata sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, um dispositivo prevê lei complementar (relação de emprego contra despedida imotivada) e o outro lei ordinária (os demais incisos).

Situações esdrúxulas à parte, Adacir Reis avalia que essa constatação não impede que grande parte dos artigos da Constituição seja regulamentada. Ele cita o exemplo do artigo 192, que trata do sistema financeiro nacional. "Foram apresentados inúmeros projetos, consubstanciados depois de anos e anos no substitutivo Saulo Queiroz, que ainda aguarda votação na Comissão Especial da Câmara. Essa regu-



lamentação não ocorre em razão de forças políticas conservadoras encasteladas no poderes Executivo e Legislativo e que não querem mexer nesse assunto. Aí vêm o deputado Antônio Kandir e o senador José Serra (este último é o atual ministro da Saúde) e apresentam projetos acabando com o artigo 192", crítica Reis.

Outra prova de fogo está contida no artigo 224, que prevê o Conselho de Comunicação Social, que funcionaria como uma espécie de órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle dos meios de comunicação. A lógica de não-regulamentação de dispositivos como esse segue um esquema clássico: a vontade do Executivo imposta ao país, sem que nada - ou até mesmo outro poder representativo - lhe faça a mínima sombra. A prova disso está na tentativa prematura de reformar a Constituição, embora a maioria de seus artigos ainda não tenha sido regulamentado. A idéia de microconstituinte sobre sistema político e sistema tributário partiu do deputado Miro Teixeira (PDT-

RJ),

mas já conta com o aval de aliados do governo federal na Câmara e no Senado.

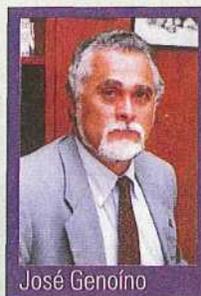
A questão mais importante a descobrir é o que leva Teixeira a propor uma revisão constitucional desse quilate? O jurista Comparato responde: "Um dos objetivos é abolir a temporariedade da Constituição. O deputado Miro Teixeira propõe restabelecer a revisão constitucional expeditiva para emendar vários artigos da carta, entre eles o art. 14, no qual se proíbe justamente a sucessiva reeleição de chefes de Executivo". Para que essa proposta tramite sem problema, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a realização de um plebiscito ainda este ano. Uma iniciativa que soa como um presente de grego para comemorar o décimo aniversário da nossa Constituição.

O art. 192
corre o risco
de não ser
regulamentado



Carlos Carvalho/Documenta

Direitos civis, sociais e da cidadania em novo patamar



José Genoíno

José Genoíno é deputado do PT (SP) e, desde 1982, tem sido eleito para mandatos sucessivos. Está no quarto e disputará o quinto em outubro deste ano.

FA - A Constituição faz dez anos em 1998. Quais as modificações de conteúdo que sofreu neste período?

Genoíno - A Constituição de 1988 se inscreve na reestruturação democrática do país e de criação de uma nova institucionalidade, dentro de um novo patamar para os direitos individuais, coletivos e os direitos sociais. Um novo ordenamento dos poderes da República. Representa uma fase da história política brasileira.

EA - A Constituição trouxe avanços para o país?

Genoíno - Acho que sim. Porque afirmou direitos, cidadania e patamar de relação democrática do Estado com os cidadãos. Do ponto de vista econômico, a Constituição se inscreve num momento de transição no Brasil e no mundo.

FA - Que artigos são fundamentais e precisam ser regulamentados?

Genoíno - No campo dos direitos, principalmente. Direitos individuais e coletivos, comunicação, educação, saúde e previdência. Avançar ainda na democracia participativa e semidireta, prevista via referendo, plebiscito e consulta popular.



Após três anos de mandato, o fim do Direp



José Carlos Alonso

Para José Carlos Alonso, que esteve por três anos no cargo de diretor representante dos empregados da CEF, escolhido por eleição direta em todo o país, a presença dos trabalhadores no debate e na formulação de diretrizes para a empresa rima com democracia e transparência na gestão. Ele condena o fim do Direp na Caixa. Confira a entrevista.

FA - O que significa o fim do Direp na CEF?

Alonso - No processo de democratização da sociedade, depois de anos de regime de exceção, o movimento sindical como um todo vem defendendo que a democracia também se instale dentro das empresas. No caso da CEF, há duas preocupações: resgatar o papel social da empresa e a transparência na gestão, contra as interferências políticas ilegítimas. O fim dessa experiência, que teve início em 1995, enfraquece a representação dos empregados e mostra que a administração da Caixa não consegue enxergar o Direp como interlocutor indispensável para os assuntos da empresa.

FA - Como foi seu trabalho no período em que o Direp funcionou?

Alonso - Houve um processo intenso de boicote por parte dos dirigentes da CEF. A política da empresa é de total desvalorização na área de recursos humanos.

Caixa

Retroc

Participação dos trabalhadores na gestão das estatais terá

Embora prevista pela Constituição Federal, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas ainda não saiu do papel, com raras exceções. Um dos maiores empecilhos para que isto ocorra, no caso brasileiro, atende pelo nome de poder discricionário. Esse ingrediente tem impedido uma possível virada de mesa.

O conceito de co-gestão participativa, segundo o qual o sócio controlador partilha com o minoritário as decisões e o poder administrativo na empresa, é novo no Brasil. Os primeiros passos nessa direção surgiram na década de 80, quando o deputado Franco Montoro (PSDB-SP) era governador de SE Coube a ele introduzir no cenário político do país, pela primeira vez, a figura do diretor representante (Direp). "Essa experiência deve se ligar ao princípio geral da descentralização e participação da sociedade. A centralização mata o Brasil", vaticina Montoro.

Deriva Em tempos de globalização da economia, o interesse público tem ficado à deriva quando o assunto é a participação dos tra-

Agumaldo Azevedo

ESSO

cusada pelo governo, apesar de prevista na Constituição

balhadores na gestão das empresas estatais. A política do atual governo federal de recusar qualquer tipo de co-gestão tem-se refletido em ícones como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Na CEF o tiro fatal no Direp foi dado no início deste ano. José Carlos Alonso, que respondeu pelo cargo nos últimos três anos, assegura que o fim do diretor representante na Caixa depõe contra a transparência na gestão da empresa. No BB, o Garef (gabinete de representação dos funcionários) tem a função de representar o capital humano na empresa. Fernando Amaral responde pelo cargo desde abril de 1996. Ele representa os funcionários do BB não na diretoria mas no conselho de administração do banco, diferentemente do que ocorre com os Direps em outras estatais.

O caso do Garef no BB não aponta para o fim do gabinete pura e simplesmente, mas para mudanças em suas prerrogativas. Ou seja: tanto na CEF quanto no BB, a ordem é aderir ao

projeto de abertura total do Estado, dificultando ao máximo a introdução da co-gestão nas empresas estatais.

Governador Montoro instituiu a participação



Franco Montoro

Quando governador de São Paulo (1983 a 1987), o deputado Franco Montoro (PSDB-SP) introduziu por decreto a figura do

diretor representante nas empresas estatais paulistas. Isto foi feito, segundo ele, dentro do princípio geral da descentralização e da participação da sociedade, "duas bandeiras que representam o caminho para a solução dos problemas do Brasil".

FA - Da década de 80 para cá, o que mudou na experiência do Direp?

Montoro - Em alguns lugares houve resistências. Agora mesmo tive que interferir no Banespa, junto à direção do banco, para evitar que se eliminasse essa participação. É preciso que os trabalhadores lutem pelo Direp. Essas mudanças só serão possíveis como conquistas dos que souberam lutar pela justiça e pela liberdade.

FA - Há uma certa resistência, por parte do governo federal, em adotar uma política de co-gestão nas empresas estatais. Qual a sua opinião a respeito?

Montoro - Acho que isto é uma tendência. Sou presidente de honra do PSDB e, na comissão executiva do partido, tenho defendido o Direp com apoio geral. Luto para que prevaleça a tendência democrática da participação, que aliás é uma exigência constitucional.

Há 27 anos...

Nasce a nossa Federação

“Alguém dia será escrita a história das associações econômicas.” Assim começa matéria no FENAE Notícias de janeiro de 1973. O então presidente da FENAE, Arthur Ferreira de Souza Filho, fala sobre as discussões que levaram ao nascimento da Federação, “destinada a coordenar a ação das entidades de classe de todos os estados”.

A matéria lembrava ainda que a criação da FENAE teve como objetivo suprir as carências da impossibilidade dos empregados da Caixa reunirem-se em sindicatos. A categoria era tratada como econômica e não bancária. “Por isso mesmo é que as as-



sociações, impedidas de transformar-se em sindicatos, exercem também a defesa dos interesses dos econômicos na esfera das reivindicações profissionais”.

A FENAE completou 27 anos no último dia 29 de maio. Além de manter sua atuação política, a Federação também voltou-se ao incentivo de atividades culturais e esportivas entre os empregados da Caixa Econômica. “É desta forma buscamos nos integrar com outros agentes da sociedade”, diz o diretor Financeiro da FENAE, Carlos Borges.

O FENAE Notícias também noticiava a atuação das associações do pessoal na unificação das Caixas. As empresas continuaram a ser administradas de forma descentralizada, mas a reforma promoveu a unificação estrutural e financeira da Caixa Econômica Federal.

NOSSOS PERSONAGENS

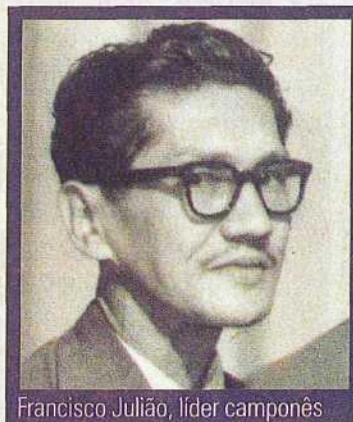
Reforma agrária na lei ou na marra desde 1956

“Reforma agrária na lei ou na marra”. Este foi o lema adotado pelas Ligas Camponesas, que tiveram como liderança de maior expressão o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião de Paula.

As Ligas surgem no estado de Pernambuco em 1956. Em poucos anos, são organizadas em mais de 30 municípios e começam a se espalhar pelos estados vizinhos.

Depois de ser proclamado presidente de honra das Ligas Camponesas, Julião tornou-se o principal nome do conselho Regional das Ligas Camponesas, organismo formado por personalidades urbanas, com o objetivo de dar amplitude e respaldo ao movimento camponês.

Sua residência em Recife era bastante ampla, com grandes áreas de serviço e quase um hectare utilizado no cultivo de mandioca e na criação de porcos e aves domésticas. Ali o camponês podia chegar, sentar, comer e dormir sem que ninguém o perturbasse. “Às vezes, hospedava-se por vários dias, protegendo-se da polícia ou do latifundiário que o perseguia ou, ainda, aguardando a solução de seu problema”, relata Clodomir Santos de Moraes,



Francisco Julião, líder camponês

no livro “História das Ligas Camponesas no Brasil”.

As Ligas conseguiram reunir milhares de trabalhadores rurais na defesa dos direitos do homem do campo e pela reforma agrária, sempre enfrentando a repressão policial e a reação dos usineiros e latifundiários. Em 1964, Julião e seus principais líderes foram presos pelos militares.

A experiência das Ligas Camponesas passou a influenciar todo o movimento dos trabalhadores rurais na luta pela justiça no campo e pela reforma agrária.

E a tempestade mal começou...

■ Aloysio Biondi

Roraima, Nordeste, aposentados. Inércia contra o incêndio, apatia diante da seca e da fome, xingamento contra os "vagabundos". Desemprego recorde, aproximando-se dos 20% em São Paulo. E sempre as mesmas explicações otimistas, o autêntico desdém diante dos problemas que vão levando a sociedade a crescente inquietação. Não deu outra. Demorou, mas o fascínio da sociedade brasileira com a "queda da inflação" se esgotou, diante do peso de tantas tragédias e comportamento incompreensível da equipe governamental e seu comandante. Pesquisas insuspeitas, da Vox Populi e do Ibope, revelaram quedas marcantes nas intenções de voto para FHC - e a possibilidade de um segundo turno. Reeleição ameaçada. E a tempestade mal começou... Com seu otimismo alienado, FHC e seus aliados repetem a tese de "que o pior já passou", e que, de maio a outubro, há esplêndidos quatro meses para apagar, da memória do eleitorado, todos aqueles eiros e omissões. Mais uma vez, triste engano. A tempestade mal começou. Não há como evitar, a esta altura, o agravamento da "crise brasileira", intensificando-se o descontentamento popular e a inquietação social. Não basta, como pareciam acreditar os governistas nos últimos dias de maio, "reduzir os juros" para reverter a tendência sombria. A tempestade mal começou.

Rumo ao Fundo

Em abril, as vendas de automóveis despencaram, outra vez, nada menos de 25% sobre igual mês de 1997. Nos primeiros dias

de maio, o comércio sofreu nova frustração com o Dia das Mães. O nível de inadimplência do consumidor continuou a bater recordes, com 440 mil carnês em atraso em São Paulo (em um único mês), números estatoféricos de cheques sem fundos em todo o Brasil (crescimento de nada menos de 13 vezes, ou 13.000%, com 27 cheques devolvidos em cada mil emitidos, contra dois em cada mil há dois anos...). Os resultados da indústria e comércio em abril/maio não poderiam ser mais alarmantes - e claramente definidores do aprofundamento da recessão que atinge a economia brasileira. Por quê? Tradicionalmente, trata-se de dois meses em que as vendas e a economia ganham vapor, impulsionadas pelo Dia das Mães (maior volume de faturamento, depois do Natal) e - atenção - pelo dinheiro que costuma irrigar o interior, com o auge da comercialização das safras agrícolas. O aquecimento das vendas no interior, em abril/maio, com reflexos sobre toda a economia, era a única esperança que se podia ter de "alguma reativação", a esta altura, pois a renda agrícola poderia compensar a perda de poder aquisitivo da população dos grandes centros, atingida em cheio pelo desemprego. Perda de renda, num círculo vicioso, resultante do congelamento dos vencimentos do funcionalismo, reajuste mesquinho do salário mínimo, reajustes salariais ridículos proporcionados pelo próprio desemprego em meio à retração da indústria, causada pelas importações - que ainda em maio continuavam a subir.

O massacre agrícola

Por que o consumo não cresceu signi-

ficativamente no interior? Porque a renda dos agricultores não vem crescendo. Não, por causa do El Niño. Mas por causa do verdadeiro "massacre" que o governo FHC vem impondo aos produtores agrícolas nestes quatro anos. O governo FHC deixou de comprar as colheitas dos produtores, como era previsto em lei, para evitar que eles tivessem prejuízos em anos de produção farta ou manobras de especuladores. Por isso, o produtor de trigo não consegue vender sua safra (inclusive do ano passado), o algodão não tem preço - e até o célebre frango enfrenta preços aviltados. Falta feijão? Houve recuo no plantio, devido aos preços baixos de 1997. Falta arroz? Houve corte no crédito do BB aos rizicultores gaúchos, em 1996. Só a soja vai bem, obrigado (mas, em maio, seus preços externos também estavam ameaçados por previsões de superprodução). A queda na renda agrícola agrava a recessão. E a falta de estoques - porque o governo não comprou mais as colheitas - faz o preço do feijão passar dos R\$ 3,00 quilo, e o arroz ter suas cotações mais altas em dez anos. Recessão, de um lado. De outro, pode-se avaliar o descontentamento popular que vem por aí, com os preços cada vez mais exorbitantes para esses dois alimentos - ou, pior, ainda, o "sumiço" desses produtos. Inevitável. Não, por 'especulação'. Mas porque não há estoques, mesmo. Obra da equipe FHC.

Aloysio Biondi,

jornalista 

O divórcio n

O número de separações cresce em proporção maior que o de casamentos. A união

Se é praxe que toda novela acabe em casamento, também é verdade que no Brasil acontece um divórcio ou separação a cada quatro casamentos no decorrer do ano. Em 1994, último ano em que o IBGE realizou pesquisa sobre registros civis, ocorreram

763.129

casamentos, contra 86.002 separações judi-

ciais e 95.971 divórcios.

Para os defensores da união formal, mais alarmante que esta proporção é o crescimento das separações, enquanto os casamentos têm caído. Até 91, as separações judiciais não chegavam a 78 mil por ano. A exceção foi 88, com 91.402 registros. A partir de 92, a média ficou em 85 mil casos. O mesmo acontece com divórcios. Sempre com menos de 35 mil registros até 88, o total ultrapassou 82 mil casos no início da década e atingiu 95 mil em 93 e 94.

Já os casamentos civis sofreram queda vertiginosa. Estavam na casa dos 800 mil por ano na década de 70. Pularam para 940 mil nos anos 80.

Já nesta década,

que trouxe junto a união estável, os registros de casamentos despencaram para pouco mais de 750 mil ao ano.

Cai o número
de casamentos
e cresce o
de divórcios

FA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) avalia que o divórcio não é uma questão nova no país: o que houve foi uma mudança na postura da sociedade. Irmã Maria Fernanda Balan, assessora do setor Família da CNBB, avalia que "num recente

passado o divórcio sempre foi tratado de forma negativa e até condenatória", sem amparo legal.

Para ela, "predomina hoje na sociedade pós-moderna uma insensatez comandada pelo liberalismo, por uma mentalidade desligada de Deus, muitas vezes provocada por propagandas enganosas de felicidade". Irmã Fernanda entende que as



OS SEPARA

estável passa a ser um objetivo e não um fim em si mesmo, como era antigamente

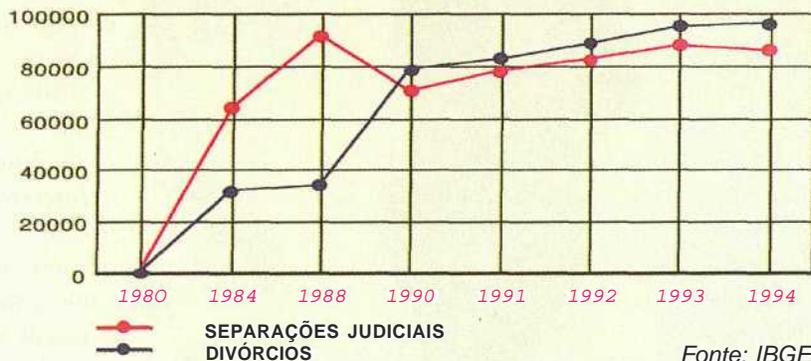
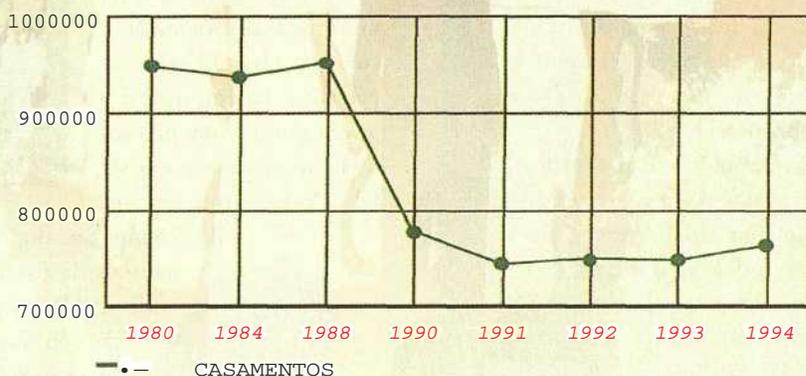
As pessoas esqueceram-se que "casam com alguém e não com um objeto descartável, com um parceiro e companheiro de vida, disposto a compartilhar o mais íntimo".

Já Katia Souto, diretoria da União Brasileira de Mulheres, procura deixar de lado o aspecto formal do casamento para lembrar que "o número de casamentos não caiu, necessariamente; o que houve foi um aumento de uniões não-computadas". Para o movimento feminista, a Constituição de 88 representou uma conquista: aboliu-se a idéia de que casamento é apenas o registrado no papel.

Por isso, os números oficiais sobre a queda nos casamentos mascaram uma organização social mais complexa, que não é captada pelos índices. "O fato do IBGE não pesquisar uniões estáveis mostra uma organização baseada num contrato, reflexo da sociedade capitalista", diz Katia. Irônica, ela lembra que a principal discussão do casamento civil é sobre o regime de bens. E o mesmo nas separações. Briga-se por eletrodomésticos, não em razão de laços afetivos desfeitos.

A CNBB, defensora da indissolubilidade da união entre homem e mulher, não considera essa conquista um avanço. Ao contrário. Uniões estáveis, divórcios, separações refletem, para a irmã Fernanda, "um despreparo e uma onda de superficialidade quase total sobre o que

Evolução dos registros civis no Brasil



Fonte: IBGE

Casar ou ficar junto: importante é a união

Quem está casado garante: não há nada melhor. O zelador Francisco Otacílio da Rocha, que vive há 13 anos com Maria dos Remédios, fala que o segredo "é uma boa convivência, partilhar tudo, fazer tudo na base do combinado".

Católico praticante, Otacílio critica a mudança de costumes. Para ele, a união estável e o crescimento do divórcio demonstram insegurança com o casamento e fazem com que a pessoa ache que tenha menos responsabilidade. "O papel passado muda o rumo da história", acredita ele.

Já a técnica administrativa Luciana Moreira é contra o casamento de papel passado, apesar de entender que "não há coisa melhor do que ficar junto". Para Luciana, "não casar elimina a obrigação de ficar junto só por ficar, sem desejar isso".

O professor João Espinoso dos Santos Júnior casou-se na igreja. O casamento não deu certo e ele se separou dois anos depois. "Mesmo assim, continuo achando que o casamento é muito importante. O problema é acreditar que a outra pessoa leve o casamento tão a sério como eu", diz ele. Apesar de defensor do casamento, João Júnior acredita que cada um deve escolher a melhor forma de ficar junto.



A solenidade ainda persiste como sonho dos enamorados, independentemente da idade

bre o que seja assumir o compromisso de uma vida matrimonial e familiar". Ou seja, "culturalmente a família tem sido marcada pela perda da estabilidade e reais valores".

Jovens Pesquisa recente realizada em Brasília revela que o casamento, civil ou religioso, ainda é o sonho de muitos jovens. Porém, a união estável vem ganhando força entre os adolescentes.

"Em geral, acho a nossa juventude desorientada e confusa, vivendo sem expectativa. Porém, qual é o jovem normal que não sonha com o amor e em ser feliz?", diz a irmã Fernan-

da, refletindo as angústias naturais da juventude. A desorientação do jovem, hoje, é explicada pela assessora da CNBB como "uma das mais tristes e terríveis realidades do planeta, uma onda avassaladora de contravalores - o

prazer desenfreado, o estímulo e abuso do 'sexo seguro', sem responsabilidade, a felicidade efêmera e alienante, veiculada aceleradamente pelo submundo das drogas e da violência - financiada e planejada por organismos internacionais e nacionais".

O mesmo prognóstico é feito por Katia Souto. "Sem perspectiva, a juventude começa mais cedo a viver sua sexualidade. Isso é negativo, por pular uma etapa na formação da pessoa", diz ela.

Para a diretora da UBM, "o adolescente tem informação, mas não formação para seguir determinada conduta e, por medo de ser taxado de careta,

abre sua intimidade na 'primeira batida na porta', no primeiro encontro". Tudo porque, segundo ela, a educação sobre a sexualidade ainda não chegou às escolas - inclusive por influência da Igreja.

De qualquer forma, a importância do casamento é reconhecida em todos os grupos sociais. "Com a união estável e outras conquistas, o casamento passa a ser uma opção, e não um fim", avalia Katia Souto. "Matrimônio e família são essenciais na edificação do ser humano", diz a irmã Maria Fernanda. Enquanto isso, milhares de adolescentes sonham em casar de véu e grinalda ou achar um cantinho para morar juntos. 

Maioria dos jovens sonha em casar com toda cerimônia



Banho-maria

Continua em banho-maria a tramitação no Congresso Nacional do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro nacional. Diante das dificuldades de regulamentação da matéria, o senador e atual ministro da Saúde, José Serra, foi mais pragmático. Apresentou proposta de emenda constitucional (PEC 21/97), "desconstitucionalizando" praticamente toda essa questão.

Se aprovada a "emenda Serra", o artigo 192 ficará restrito ao seguinte teor: "O sistema financeiro nacional, em seus diferentes segmentos, será regulado por leis complementares, que disporão, inclusive, sobre as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram."

Fundos de pensão

Os critérios de nomeação dos dirigentes dos fundos de pensão das empresas estatais poderão mudar radicalmente em breve. O projeto de lei 3.847/97 prevê que a instância máxima de decisão passará a ser o Conselho Deliberativo, composto paritariamente por dirigentes designados pela patrocinadora e por dirigentes eleitos diretamente pelos participantes (trabalhadores). Entre outras atribuições, caberá ao Conselho Deliberativo a nomeação da diretoria desses fundos de pensão.

Oriundo da CPI dos Títulos Públicos, o projeto 3.847/97 já foi aprovado pelo Senado e tramita na Câmara dos Deputados. Foi designada como relatora a deputada Rita Camata, do PMDB (ES).

Bonitinha mas ordinária

A imprensa vem dizendo que a verdadeira reforma da Previdência do governo federal será a regulamentação da emenda 33, que tramita na Câmara Federal.

Os jornalistas andam falando num tal projeto "André Lara Resende", que instituiria uma previdência privada compulsória. O deputado Roberto Campos (PPB/RJ), liberal assumido, sustenta que a "reforma II" será a grande reforma da Previdência no Brasil. Para alguns, o modelo implantado no Uruguai é a fonte de inspiração para a privatização do setor.

Mas em recente pronunciamento no plenário da Câmara, o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) falou longamente sobre a reforma do Uruguai. Na ocasião, o parlamentar paulista alertou para o perigo da importação de modelos e informou que tudo não passa de uma cópia do modelo chileno, o chamado "efeito Pinochet".

Qual transitório?

"Se não tem o permanente, como ter o transitório? Se não tem o principal, como ter o acessório?". Perguntas como essa foram formuladas pelos deputados Marcelo Déda (PT-SE) e Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), sobre os prejuízos da idade mínima imposta para os atuais trabalhadores (53 anos de idade, se homem; 48 anos, se mulher), tendo em vista a supressão da idade mínima para os futuros trabalhadores (60 anos, se homem; 55 anos, se mulher).

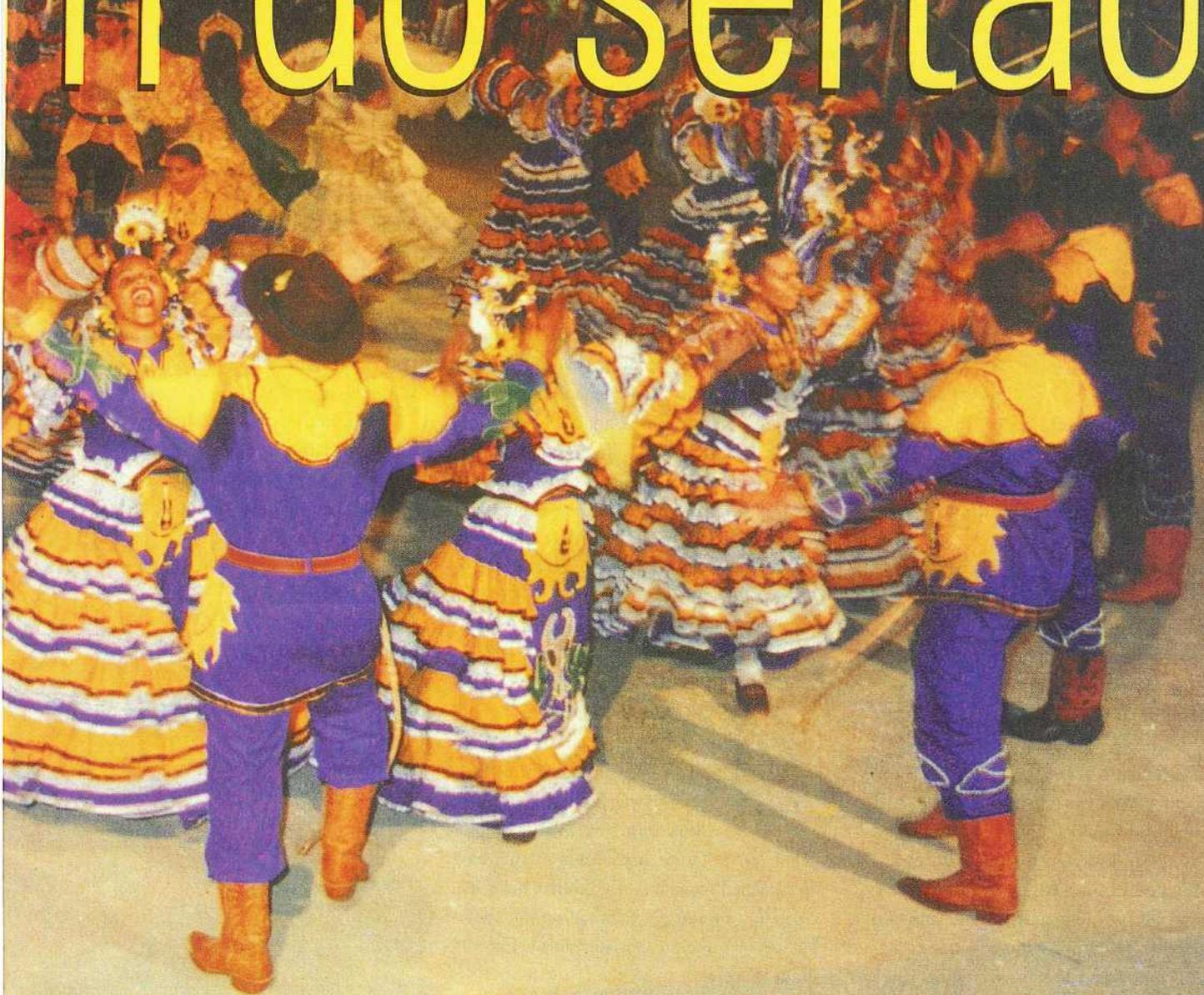


Festa Junina nacional ve



■ Evandro Peixoto

! a cultura m do sertão





Viva São

Festa tradicional São João é comemorado em todo o país. Caruaru (PE) e Campina Grande

Ouviu o toque da sanfona lhe chamar? Então já sabe, é mês de junho, de festa por todo o país, de norte a sul. É São João, e também Santo Antônio e São Pedro.

Introduzidas no Brasil pelos portugueses, as festas juninas iniciam-se a partir do dia 12, véspera do dia de Santo Antônio, e vão até o final do mês, com os festejos de São João, no dia 24, e os de São Pedro, no dia 29.

Em todas as regiões do Brasil, ainda que com variações locais e influências da moderna sociedade de consumo, persistem os elementos que fazem do ciclo das festas juninas uma das mais ricas expressões da nossa cultura popular. As ruas e praças são tomadas por palhoças e bandeirolas multicoloridas, transformando-se em espaços para múltiplas danças e brincadeiras. Comidas típicas, batidas e licores, fogueiras, fogos de artifícios e simpatias são também ingredientes da "festa" marcada pelo forró, o baião, o xote e tantos outros ritmos.

As comidas e bebidas típicas variam de

acordo com a preferência de cada povo e revelam a forte influência agrária dos festejos, que são também em louvor à terra e à sua fertilidade.

É bem verdade que a culinária junina vem passando por adaptações ao modo de vida urbano, na medida que tem se voltado ao longo dos anos para as cidades. Mas, ainda hoje, os "arraias" espalhados por todo o Brasil, no mês de junho, guardam muito da tradição de se preparar comidas e bebidas a partir do milho, das castanhas do Pará e de caju, da cana-de-açúcar, do coco, da banana e da macaxeira. É o que observamos, por exemplo, no livro "O de comer no Ceará", da pesquisadora Cléa Valle.

Sobretudo na noite de São João, come-se muito, de preferência produtos do milho e alimentos chamuscados pelo fogo. No norte, predomina a castanha do Pará ou de caju, no sul, o pinhão. Bebe-se o produto da terra: a cachaça - pura, com limão e no quentão (com gengibre). Toma-se ainda licores de maracujá e jenipapo.

Estudiosos do folclore nacional identificam na tradição das festas juninas a influên-

cia de cada região do país. No Amazonas, prevaleceu a carne de boi, de tartaruga, de galinha e de caças de pêlo e pena. Entre as frutas prediletas, abacaxi, banana, ananás, laranja, bacaba e açaí. A macaxeira, a batata-doce e a pupunha também ganharam lugar de destaque.

Os cearenses optaram por sarabulho, carne assada com pirão, cabidela, batata-doce, inhame, mungunzá, milho assado, tapioca, grude, beiju, broa e castanha de caju assada. Para beber: capilé, jinjibirra, alua, moco-roró, cauim, licor e cachaça.

O costume e o-

A festa junina
foi introduzida
no Brasil pelos
portugueses

FA





João!

São 30 dias de festejos e comilança no Nordeste

O Brasil inteiro entra no clima dos festejos de junho. É como se um grande "arraia" fosse erguido sobre o país, cobrindo-o de canto a canto.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, é uma festança só. Mas é no Nordeste que os folguedos sobrevivem com animação cada vez maior, ganhando repercussão nacional. Em Campina Grande, na Paraíba, acontece desde 1983 o evento idealizado como o "Maior São João do Mundo". Durante os 30 dias de festa, chega-se a 400 horas de forró. Artistas se revezam em três palcos e a orquestra "sanfônica", única do gênero no mundo, com 32 sanfoneiros e quatro percussionistas, executa de músicas de Luiz Gonzaga a sinfonias de Beethoven. São erguidas 500 barracas padronizadas pela cidade e organizadas cerca de 600 quadrilhas.

Já no agreste de Pernambuco, encontra-se a intitulada "Capital do Forró", Caruaru. Os eventos programados para o ciclo junino levam às ruas milhares de pessoas a qualquer hora do dia ou da noite. A principal atração da festa é o Pátio do Forró, reconstituição fiel de um típico vilarejo do interior. São cerca de 200 ruas ornamentadas pelos principais bairros da cidade.

Em Areia Branca, Sergipe, a festa acontece num gigantesco arraial de 60 mil metros quadrados, com dança e comidas típicas. Na capital, Aracaju, são realizados os mais tradicionais concursos de quadrilha do Estado, além de shows com sanfoneiros.

No restante do país, são comuns os festejos beneficentes, como o que é organizado todos os anos em prol do Retiro dos Artistas, no Rio de Janeiro, que conta com 43 residentes.

nde (PB) disputam o título de maior arraial brasileiro

gosto popular ditaram, em Goiás, a predileção por paçoca de carne, batata-doce assada, pé-de-moleque, pipoca, biscoito de fubá, mandioca, milho verde e garapa.

Em Mato Grosso, os bolos, doces e almoços ainda são feitos, muitas vezes, artesanalmente, em fogões a lenha. As fogueiras também são representativas nessa época, servindo para assar banana da terra, batata-doce e mandioca na brasa. A bebida que sobressai é o quentão, feito de cachaça, gengibre e tempero - os ingredientes são levados ao fogo e a bebida servida bem quente.

Os espaços onde se realizam as festas, seja no norte ou no sul do país, são enfeitados com bandeirolas e flâmulas coloridas. Já as danças

e cantos apresentam variações, mas com forte predomínio do forró e da quadrilha.

Originalmente, os festejos seguiram o ritmo de cada povo, incorporando seus costumes e crenças. No Pará, grupos com cerca de cem foliões (chamados mascarados) saem às ruas na noite de São João, acompanhados por uma banda de música de uma dúzia de figuras, misturando-se aos "bichos" para freqüentar as festanças paraenses. No Nordeste, as comunidades cantam e dançam o coco, coco-de-praia, o bambelô, o boi-de-São João, sambas, marchas e roda-pagode. Na região cafeeicultura, de São Paulo e Minas Gerais, surgem o cateretê, cana-verde, samba-lenço, ciranda, quadrilha e batuque.

O grupo de foliões que acompanha a procissão de São João é conhecido, no Nordeste, como capela e como rancho, no Sul. Lá nas origens dos festejos de junho, o mastro é também um elemento importante - está presente nas festas da cidade, dos povoados e das roças. Quem escolhe o mastro deve ficar atento à qualidade e à forma da madeira, que tem de ser a mais reta possível. O corte deve ser feito numa sexta-feira da minguinte, por três pessoas que, antes de iniciarem a derrubada, de empunharem o machado, rezarão um padre-nosso. Quando

Musicalidade influenciou gerações por todo o país

As heranças culturais e a criatividade do povo nordestino produziram ao longo dos anos artistas do quilate de Luiz Gonzaga e de Jackson do Padeiro, nomes que influenciaram gerações inteiras, dentro e fora do meio musical, por todo o país. A fertilidade que falta ao solo, sobra na campo artístico, de onde não param de brotar cancioneros, humoristas e músicos das mais diversas matizes.

Caso típico de artista que nasce para o mundo, como que por encanto, é Dona Selma do Coco, uma pernambucana de Vitória de Santo Antão, que faz da música e do deboche ingredientes certos para agradar o público.

Dona Selma do Coco saiu do ostracismo aos 62 anos após participar no ano passado do festival Abril Pro Rock. Conforme ela mesma disse à reportagem de FENAE AGORA, depois daquele festival não faltaram mais convites para shows pelo país e no exterior. Na Alemanha, Dona Selma realizou o sonho de gravar o seu primeiro disco. Hoje já são quatro CDs gravados, sendo mais um na Alemanha, um no Brasil e outro Bélgica.

O coco sempre fez parte dos festejos de junho. Segundo Dona Selma, era costume de sua família fazer o coco na véspera do dia de São João. Trata-se de uma dança cantada de origem africana, cultuada na zona rural nordestina, e que aos poucos vem ganhando espaço no calendário oficial de festas, estando garantido em todos os eventos programados para este ano.

Dona Selma do Coco conta que a sua agenda para apresentações no mês de São João foi preenchida com bastante antecedência. Ela estará participando de eventos em Pernambuco, em outros estados do Nordeste e em São Paulo.

a árvore tomba, devem tirar o chapéu e evitar cuspir no chão no local do desgalhamento.

Fogueira Em geral, a fogueira é acesa logo que o sol se põe. Pode ser antes ou depois da reza, porém sempre antes da meia-noite. Sua armação varia de lugar para lugar. Pode ser quadrada, arredondada, piramidal, cônica e empilhada. A altura varia - nos lugares onde há abundância de lenha é costume fazê-la o mais alto possível, pois isso dá prestígio a quem a armou.

Junto às fogueiras solta-se balões e, quando estes estão subindo, faz-se pedidos ao santo. Sobem balões com as mais variadas formas: comum de seis, oito, dez ou mais gomos, tipo charuto, zepelim, cebola, cruz, almofada e pião.

A festa de São João (ou joanina) é o clímax do ciclo junino. Por ser estritamente ligada a cultos pirolátricos (de adoração ao fogo), não dispensa fogueiras e é marcada por muito barulho, justificando o uso intenso de fogos e rojões. Porém, o espocar de bombas há muito deixou de se relacionar com estrondos produzidos na Idade

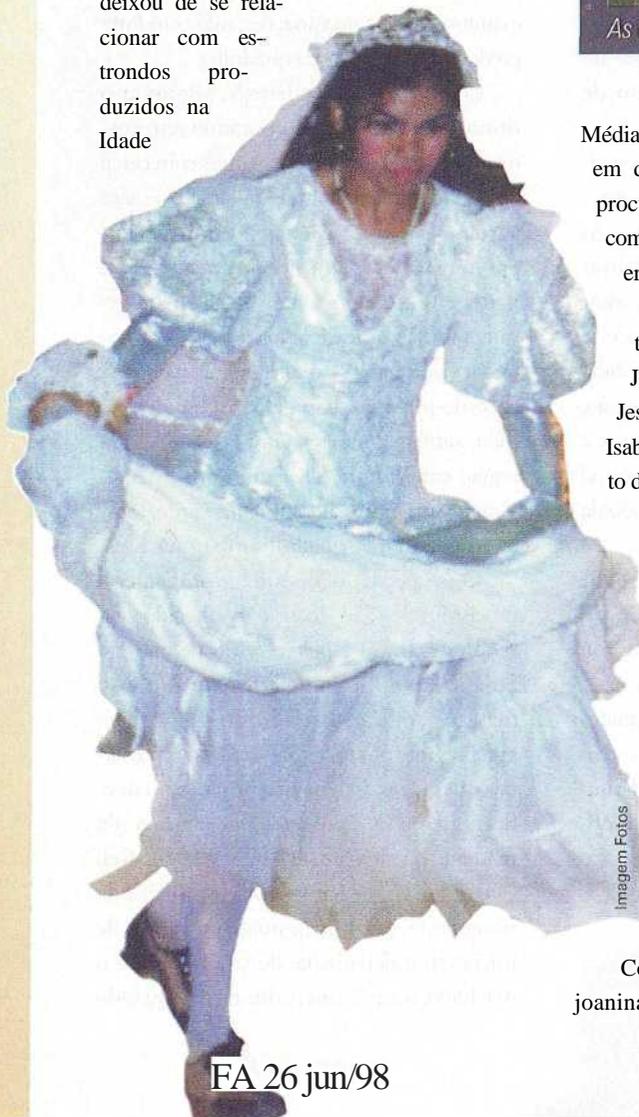


Imagem Fotos



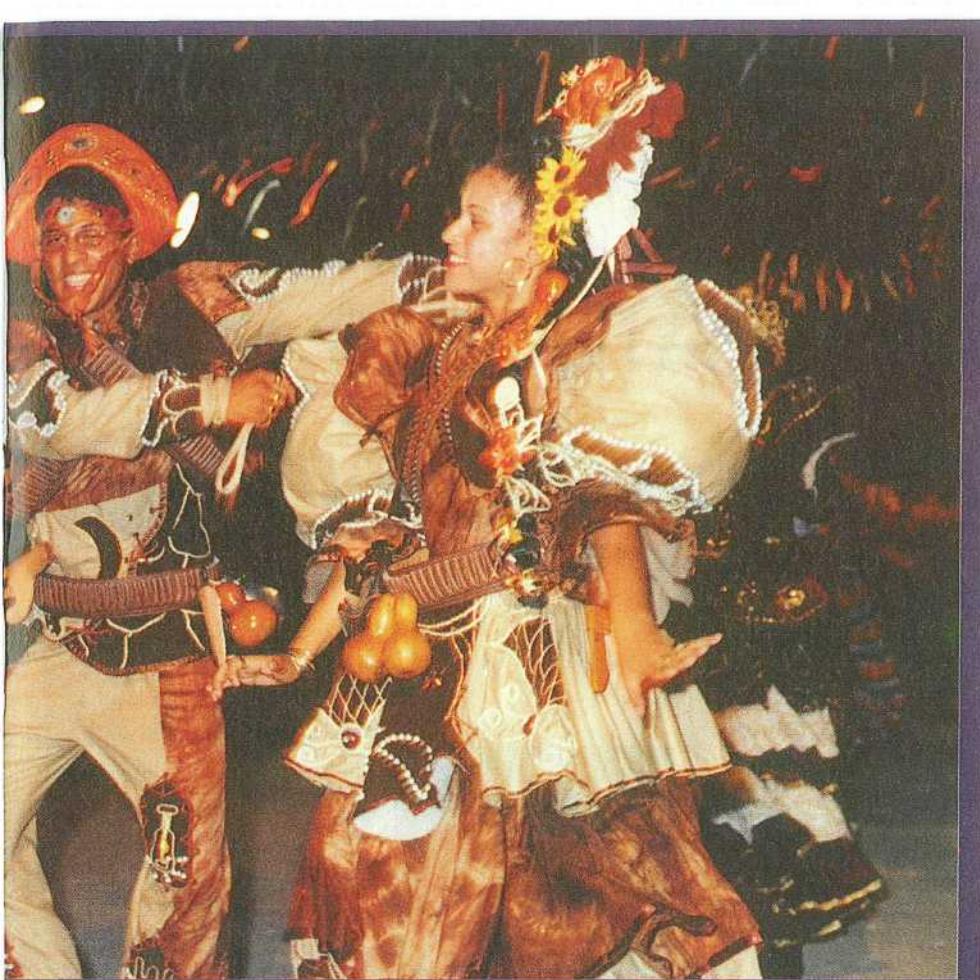
As tradicionais vestimentas capiras estão sendo s

Média, para espantar o diabo. O Belzebu caiu em descrédito no Brasil e deixou de ser procurado por pessoas interessadas em fazer com ele o tipo de pacto que se costuma fazer em Portugal nas noites de São João.

Diz ainda a lenda cristã que o costume de acender fogueira no dia de São João se deve ao fato de Maria, mãe de Jesus ter ido fazer uma visita à sua prima Isabel, mãe de João, próximo ao nascimento do garoto. Dada a dificuldade de comunicação, Maria havia combinado com o seu noivo, José, que lhe avisaria quando o filho de Isabel nascesse, acendendo uma fogueira na frente da casa para que ele então fosse buscá-la.

João Batista, o filho de Isabel com Zacarias, teria sido enviado por Deus para preparar a vinda de Cristo. Mais tarde, João veio a batizar Jesus nas águas do Rio Jordão. Em louvor a São João, até hoje são acesas fogueiras no dia de seu nascimento.

Conhecida como festa da produção, a joanina marca o começo da estação agrícola,



Substituídas pelas roupas típicas nordestinas, região que adotou as festas juninas como pólo turístico

localizada próxima à colheita. O milho é tido como a "vedete" dos festejos. Caracteriza-se por sua riqueza em substâncias energéticas (carboidratos e óleos) e proporciona uma grande variedade de pratos. Pode ser assado, cozido ou transformado em deliciosas guloseimas, como bolo, canjica, pamonha e cuscuz. O registro do milho na história remonta ao século X quando espanhóis que exploravam o interior de Cuba voltaram para a Espanha com informações sobre o cereal. O Brasil é atualmente o terceiro maior produtor de milho no mundo.

Compadrio

Por ocasião das festas juninas, sobretudo no Nordeste brasileiro, as comunidades adotaram o compadrio como forma de reforçar os laços de solidariedade entre seus integrantes. Esta instituição tornou-se arraigada ao nosso folclore por muitos anos e, ainda hoje, a escolha do compadre é uma prática comum entre

moradores de comunidades rurais, de bairros e aglomerações urbanóides.

Há no Nordeste (assim como em alguns outros pontos do país) dois tipos de compadres: o da igreja e o da fogueira. O da igreja é aquele que leva a criança (o afilhado) para receber o sinal de iniciação - o batismo na Igreja Católica Romana. O de fogueira é o caso em que não há criança a ser batizada, mas apenas os compadres que passam a tratar-se respeitosamente como tal. Unidos pelo afeto, no dia de São João eles fazem o juramento e saltam três vezes a fogueira, em cruz. Revivem, sem o saber, um ritual de origem celta.

No interior baiano, o solstício de inverno (período coincidente com o dia de São João, no qual o sol atinge sua maior declinação boreal ou astral, cessando de afastar-se do Equador) é recebido pelo povo com alegria até superior à manifestada por ocasião do Natal. Nessa época, não se nega comida a ninguém durante os festejos de São

"Cumpadres"
é "Cumadres"
levam a sério
o elo festivo



João. Vizinhos e conhecidos pobres vão entrando nas chácaras, fazendas ou mansões e vão comendo de tudo o que há, sem que se faça distinção entre as pessoas.

São Pedro

O dia de São Pedro é também de muita festa. Padroeiro dos pescadores artesanais, sua imagem costuma ser transportada através de rios, mangues e marés por aqueles que tiram o seu sustento das águas.

Em Ubatuba, litoral paulista, acontece à noite uma pomposa procissão marítima. Num barco grande - o capitânia - vai a imagem do protetor dos pescadores rodeada por inúmeros tocheiros. Atrás seguem as canoas ostentando tochas, que dão, de longe, a impressão de um enorme colar luminoso sobre as águas do mar.

Na região de Jangada, no Ceará, na praia de Iracema, em Fortaleza, havia também uma procissão das jangadas levando a imagem ao Mucuripe, até o dia em que foi proibida pelo bispo. Consta que, por conta disso, os jangadeiros deixaram de frequentar a igreja de São Pedro da praia romântica.

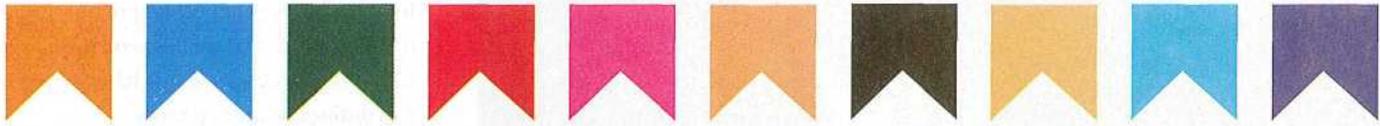
Em alguns lugares do Brasil, ainda pelo dia de São Pedro, na casa de seus xarás economicamente mais aquinhoados que os demais pescadores, costuma-se fincar um pau-de-sebo com um prêmio no topo, num desafio à meninada.

No baixo São Francisco, no dia 29 de junho, os homônimos de Pedro acendem pequenas fogueiras nas portas de suas casas. Consta ainda que, ao se amarrar um fita na mão de um Pedro terreno, ele se vê na obrigação de dar um presente ou pagar um beberete que será tomado na primeira bodega, em homenagem ao celeste.

Casamenteiro

De acordo com o credo popular, Santo Antônio é o santo casamenteiro. Na véspera de sua festa, as "simpatias" são voltadas para o objetivo de se conseguir um bom casamento, e a ele são oferecidas também novenas, procissões, fitas, velas e fogueiras.

Em vários lugares do Brasil tornou-se costume as moças solteiras, desejosas de se casar, colocarem Santo Antônio de cabeça para baixo atrás da porta e deixá-lo lá até que seus pedidos sejam atendidos. 



João, Pedro e Antônio

Santos católicos marcam as datas das comemorações por influência portuguesa

Trazidas para o Brasil por influência portuguesa, as festas juninas resultaram da aglutinação dos cultos pagãos em louvor à terra com os folguedos em louvor aos santos católicos João, Pedro e Antônio. São João é o mais festejado por ter sido o preparador

da vinda de Cristo.

Os pesquisadores do folclore junino consideram Portugal como o país que conseguiu reunir ao seu espírito religioso as crendices, adivinhas, agouros e superstições de cultos desaparecidos, muitos deles de origem pagã.

O costume de se promover os festejos juninos veio para o Brasil e ficou. Do ambiente rural passou para a cidade, onde se revive costumes caipiras, com trajes, danças e comidas típicas.

Os arraiais (ou "arraiás") são construídos em forma de chalés. São cobertos por palhas de coqueiros e cercados com madeira. A ornamentação é feita com bandeiras coloridas e balões. Possuem um pequeno palco destinado aos músicos, convidados e jurados. É onde acontecem os concursos de quadrilha, os casamentos caipiras e rolam forró, leilões e bingos.

Os casamentos caipiras acontecem principalmente durante os dias dedicados a São Pedro. São uma paródia dos casamentos tradicionais e o enlace é precedido de um grande cortejo de carroças nas ruas da cidade,

conduzindo os principais personagens: noivo, padrinhos, padre e testemunhas.

A cerimônia caricaturada se desenvolve em meio a negativas do noivo, indecisões da noiva, ameaças dos pais e do vigário. Os textos, criados à véspera do ato ou improvisados, apelam para linguagem libidinoso e os sermões têm forte conotação crítico-social. No final, as pessoas presentes são convidadas para um forró e, no intervalo, é dançada a quadrilha em

louvor aos noivos.

A quadrilha pode pertencer a uma escola, associação de moradores, empresa ou a um grupo de pessoas da comunidade. Os grupos são liderados pelo "marcador", que escolhe o roteiro das apresentações, orienta a colocação dos pares e, na maioria dos casos, cria a coreografia.

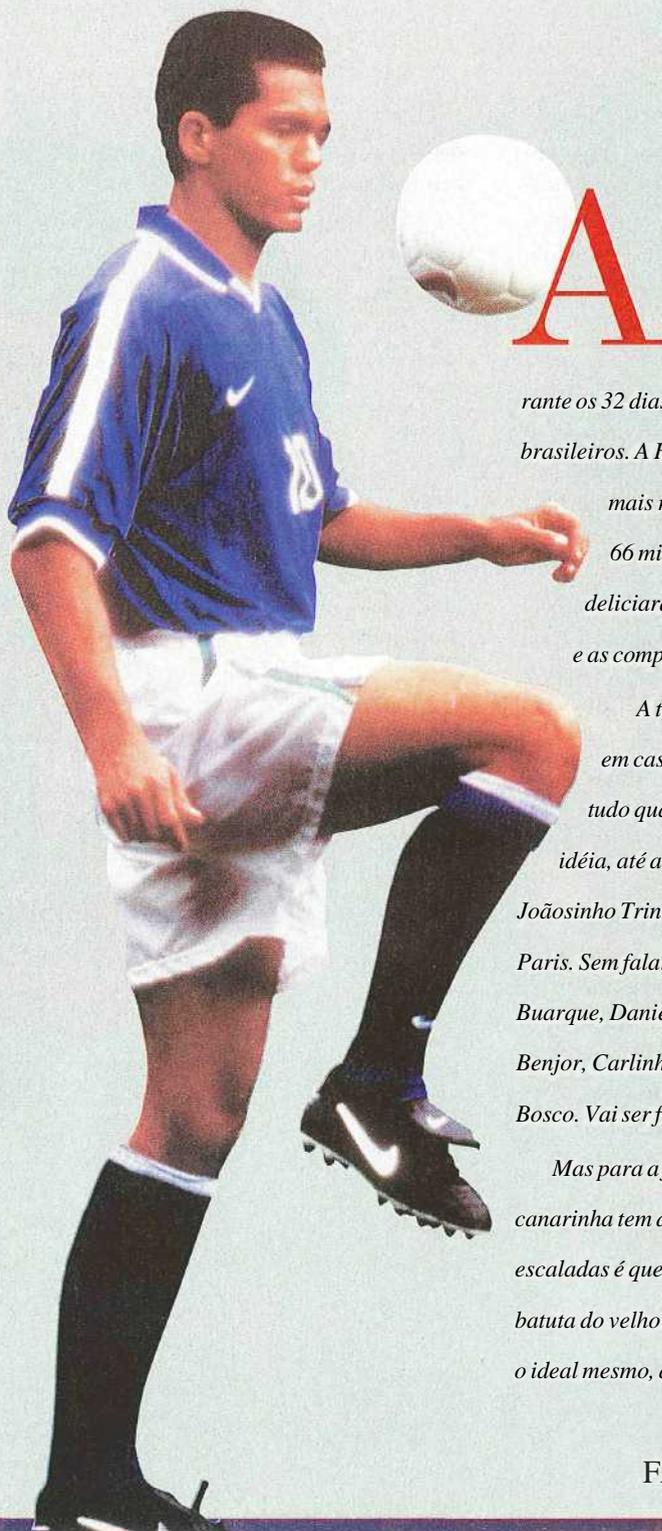
Os homens usam chapéus, jaquetas, camisa de manga e botinas. As mulheres trajam vestidos com babados longos, chapéus, arranjos florais no cabelo e sandálias de couro. Tradicionalmente, a quadrilha é acompanhada por instrumentos típicos, com destaque para a sanfona, o triângulo e a zabumba. Com a sua incorporação pelo meio urbano, tornou-se comum o acompanhamento com aparelhos de som.

As "partes" da quadrilha são executadas ao ritmo da marcha, xote, xaxado e baião. Tem-se a entrada, através do passeio dos namorados, a visita, o cumprimento ao público e uma série de coreografias dispostas em colunas e círculos, dançadas individual ou coletivamente. 

Linguagem
libidinoso
predomina
no casório

FA

A última copa do século, com samba e champanhe



■ José Trajano

A última Copa do século está aí. Os ansiosos já não agüentavam mais. São mais de 500 mil turistas durante os 32 dias de competição, 30 mil só de brasileiros. A França é o país do mundo que mais recebe visitantes: em 97, foram 66 milhões de estrangeiros, que se deliciaram com a cultura, a culinária e as compras em território francês.

A torcida brasileira vai se sentir em casa. Há festas programadas para tudo quanto é lado. Para se ter uma idéia, até a escola de samba Viradouro, do Joãosinho Trinta, vai desfilar pelas ruas de Paris. Sem falar nos shows com Gil, Chico Buarque, Daniela Mercury, Skank, Jorge Benjor, Carlinhos Brown, Ivan Lins, João Bosco. Vai ser festa todo dia.

Mas para a festa ser completa, a seleção canarinha tem de ajudar. E muito. As 22 feras escaladas é que irão comandar a folia sob a batuta do velho Lobo. A meta é o penta, mas o ideal mesmo, além da conquista inédita, é

que o futebol-espetáculo volte a prevalecer. Quem sabe aquele futebol de 70 ou mesmo o de 82, por que não? Seria pedir muito? Vai depender de nossos craques e da teimosia ou não de nosso supersticioso treinador.

Nunca se viu Copa do mundo assim. São 32 seleções - um recorde - disputando 64 partidas sob os olhares atentos de 2,5 milhões de torcedores. E mais 37 bilhões de telespectadores de olho na telinhapelo mundo afora. O craque Michel Platini, presidente do comitê organizador da Copa, garante que o mundo vai ficar boquiaberto, com a festas e movimentos culturais paralelos ao jogos, que irão acontecer nas 10 cidades que irão sediar os jogos. 'A última Copa foi regada a Coca-Cola, a nossa será a champanhe', garante Platini.

Que seja assim. Se é a última Copa do século, por que não ser a melhor? Santé, portanto, para todos.

José Trajano,
jornalista 

Ele se chama Paulo Autran e, desde 13 de dezembro de 1949- época em que estreou como ator profissional, vem dando personalidade ao teatro brasileiro. Em 1999 completa 50 anos de carreira. Ele se autodefine como um ator cuja mania é montar uma peça atrás da outra.

Em maio Autran foi homenageado na quarta edição do Prêmio Sharp de Teatro. Foi o primeiro ator a receber tal premiação. As homenageadas anteriores foram as atrizes Dulcina de Moraes, Bibi Ferreira e Fernanda Montenegro. Confira entrevista concedida à FENAEAGORA.

A cara

FA - Há dez anos você vem encantando o Brasil com a peça "Quadrante", uma compilação de textos escolhidos a dedo, reunindo Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, Millôr Fernandes etc. Que proposta você quer passar com esse espetáculo?

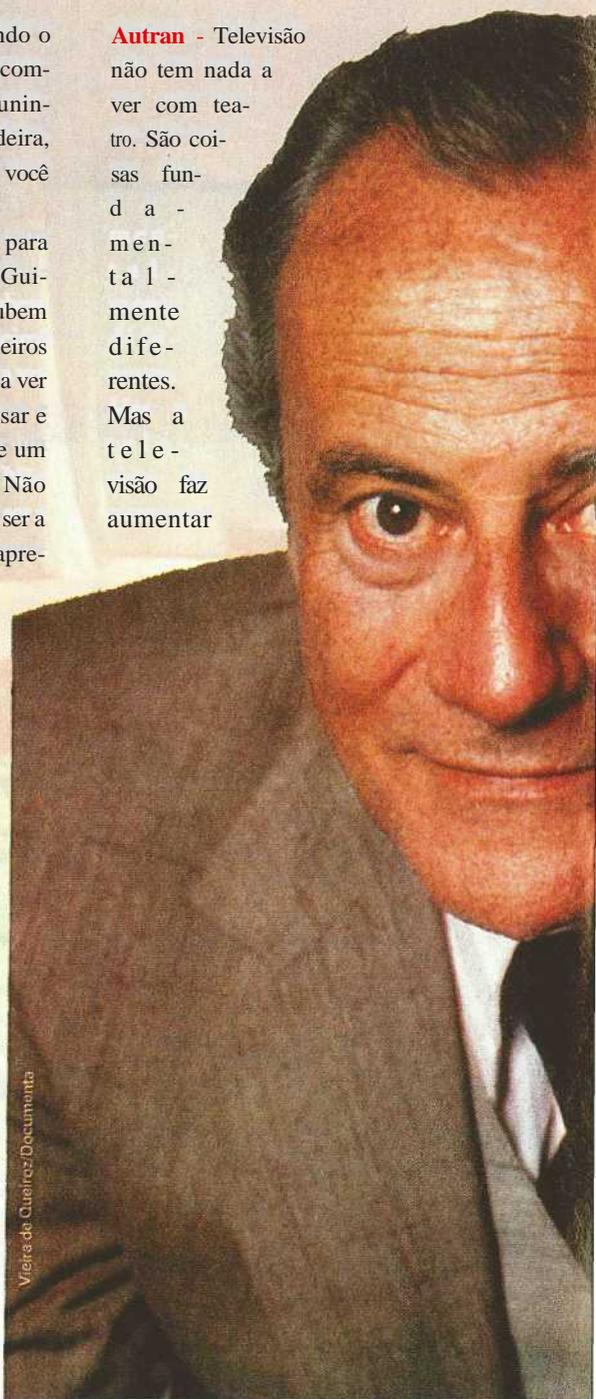
Autran - "Quadrante" é um show para mostrar a literatura brasileira. Digo Guimarães Rosa, Monteiro Lobato, Rubem Braga. São autores tipicamente brasileiros e, neste sentido, todos eles têm muito a ver com o Brasil e com a maneira de pensar e de sentir do brasileiro. Não se trata de um espetáculo político, absolutamente. Não tem nenhuma intenção especial, a não ser a de divertir e emocionar a platéia. Já apresentei "Quadrante" até em Portugal e várias capitais e cidades do interior de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais. Já perdi o número de vezes que fiz esse espetáculo.

FA - Como anda, hoje, o teatro brasileiro?

Autran - Atualmente você encontra no teatro todas as tendências, todas as correntes, todo o gênero de espetáculo, principalmente no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. Então o espectador pode escolher o que ele quiser ver. O que não tem havido mais é um teatro marcadamente político, como havia na época da ditadura militar.

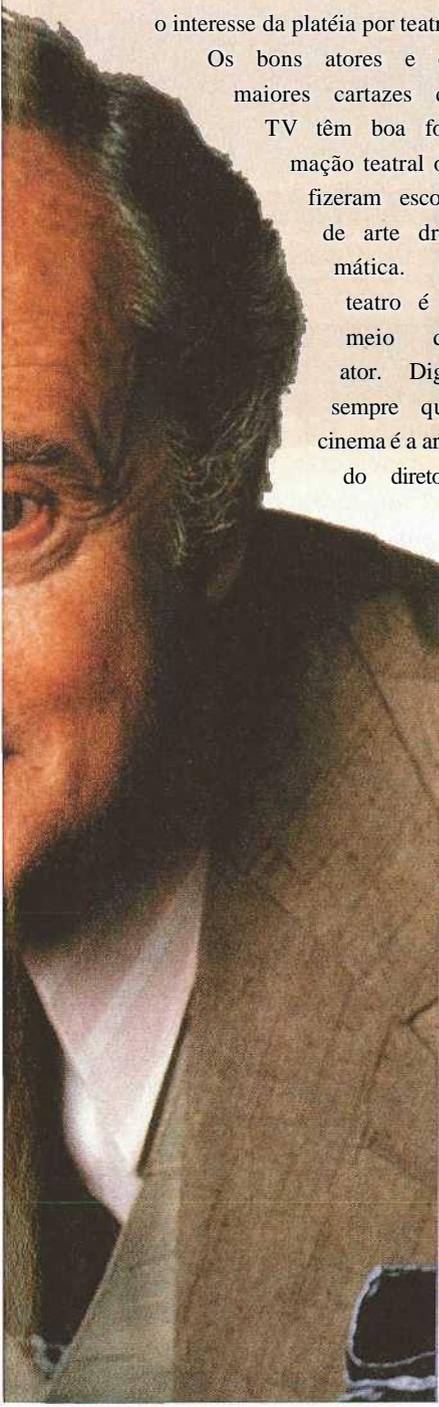
FA - Você acha que a televisão tira o público do teatro?

Autran - Televisão não tem nada a ver com teatro. São coisas fundamentalmente diferentes. Mas a televisão faz aumentar



Vieira de Queiroz/Documenta

do teatro



o interesse da platéia por teatro. Os bons atores e os maiores cartazes da TV têm boa formação teatral ou fizeram escola de arte dramática. O teatro é o meio do ator. Digo sempre que cinema é a arte do diretor,

teatro é a arte do ator e televisão é a arte do anunciante.

FA - Qual é a cara do teatro brasileiro?

Autran - É uma cara multifacetada. Há muito se fala em procurar uma maneira, um estilo brasileiro de representar e isso ainda não existe. Nosso teatro é muito jovem. A grande revolução teatral do século foi o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia). Foi justamente o TBC que mostrou ser possível fazer um teatro de categoria, um teatro em que a importância do diretor fosse capital, um teatro que reunisse um elenco no sentido de equipe - em que cada papel (por menor que fosse) tinha que ser tratado com o mesmo cuidado e carinho, um teatro em que não havia estrelas.

FA - Você começou sua carreira como ator em que ano?

Autran - Era advogado e estreei em teatro como ator profissional em 13 de dezembro de 1949. Agora, em 1999, vou fazer 50 anos de teatro. Achava chatérrimo advogado, mas não via futuro na minha frente. Imagine se não tivesse descoberto o teatro a tempo. Hoje seria um desses velhos mal-humorados, irritados, como são todas as pessoas que levam a vida inteira exercendo profissões das quais não gostam. Tive a sorte de descobrir a tempo a minha profissão.

FA - De lá pra cá o que mudou?

Autran - O teatro é uma arte em eterna evolução, está sempre se transformando. Encontro pessoas de mais idade que perguntam porque não se volta aos tempos do TBC,

argumentando que aquilo sim é que eram espetáculos que enchiam a vista e alma da gente. Acho que não se deve voltar ao TBC, mas se deve sim refletir com cada espetáculo as idéias do momento. O teatro foi um espelho da nossa realidade e tem que mudar. Não pode se fixar numa forma só.

FA - Que lugar ocupa o teatro brasileiro em comparação com o resto do mundo?

Autran - Cada vez que o Brasil exportou um bom espetáculo, nosso país voltou coberto de glórias. Já se consegue fazer no Brasil um teatro à altura de qualquer grande centro teatral do mundo. Mas não se pode comparar a média dos espetáculos brasileiros com a média dos espetáculos de Nova Iorque, Londres, Berlim ou Paris. A nossa média ainda é mais baixa, mas os nossos pontos altos se equiparam aos pontos altos do teatro universal.

FA - A nova geração de atores tem condições de revitalizar o teatro brasileiro?

Autran - Todo ano surge gente com talento. Enquanto as diversões eletrônicas vão mudando o passo, o teatro não vai morrer nunca porque o interesse, a curiosidade, a emoção de um espetáculo teatral não têm nada a ver com eletrônica. O teatro, na sua essência, é mais um intérprete, alguém assistindo e uma idéia ou emoção na cabeça desse intérprete. Então é texto, ator e público. Enquanto houver alguém que saiba contar uma história e alguém que ouça essa história, o teatro continuará. E isso sempre haverá porque é da psicologia humana esse interesse pela história e pelo acontecimento. Isso é que é teatro. 

Forró do bom é o do Gonzagão

■ **Tárik de Souza**

Para vender mais rápido e obter melhor custo/benefício, seguindo a economia de escala aplicada em outros setores do país, a indústria musical produz e/ou apóia sucedâneos diluídos da música de raiz. Assim ocorreu com o sertanejo de boutique, cruzamento do country importado com a Jovem Guarda que jogou para escanteio a verdadeira música caipira: com a axé music, que destronou o afoxé e o samba de roda baianos e com o pagode paulista/mineiro estilizado, que tentou empacotar o teleco-teco carioca. Agora é a vez da oxente music (tem até um grupo com o nome) dos conjuntos fabricados em série (muitos deles de um "dono" só) com seus monótonos teclados eletrônicos, numa tentativa massificada de enlatar oforró-de-pé-de-serra nordestino. Um pacote de 10 CDs (vendidos separadamente) denominado Coleção Luiz Gonzaga (BMG) oferece um bom antídoto para essas contrafações.

Representando cerca de um quarto de toda a obra gravada do rei do baião, o pernambucano de Exú Luiz Gonzaga do Nascimento (1912-1989), a Coleção espalha através dos antigos títulos remasterizados (alguns nunca editados em CD) o universo rico de um dos aiaadores mais importante da MPB. Mesmo sua confissão em entrevista gravada do raro "O rei voltapra casa" (1982) que músicas como "Juazeiro" foram adaptadas do folclore (como também é o caso do hino "Asa branca") coube-lhe o mérito intuitivo de urbanizá-las com talento, formatando o trio de sanfona, zabumba e triân-

gulo, que passaria a caracterizar a música nordestina. Isso além da interpretação chorada com incursões no falsete ("Acauã", "Assumpreto") além dos improvisos bem-humorados ("O chêro da Carolina", "Respeita Januário") que o transformariam numa das maiores atrações da época áurea dos progra-

Músicas que marcaram época e retrataram com rara felicidade aspectos políticos/sociais/ econômicos do nordeste como "Paraíba" (que acabaria originando o apelido sexual), "Asa branca", "ABC do sertão", "Derramam o gai", "Respeita Januário", "No meu pé de serra", além de incursões por outras regiões como "Calango da lacraia", "Moda da mula preta" e "Cigarro de paia". "Xarnego" (1958) mostra uma parceria subestimada de Gonzaga com o fluminense Miguel Lima no começo da carreira, quando produziram até (ótimas) mazurcas como "Cortando o pano" e "Dança Mariquinha" mais o canto de trabalho "Penem Xerém" e os bem-humorados "Galo garnizé" (choro) e "Dezessete e setecentos" (calango).

Os principais parceiros de Gonzaga, Humberto Teixeira e Zé Dantas, também estão representados na coleção que aborda alguns discos da última fase de sua carreira e documenta a importância de outros compositores no seu repertório como o Onildo Almeida da fabulosa "A feira de Caruaru", o José Marcolino de "Cantiga de vem vem", o Severino Ramos do forró do "Zé do baile" e o lavrador/poeta cearense Patátiva do Assaré, hoje com 89 anos, do épico "Tristepartida" (1964). Uma toada retirante cujos versos, infelizmente, continuam atualíssimos, "Faz pena o nortista/ um povo tão bravo/ viver como escravo/ no norte e no sul".

Coletânea de 10 CDs
espelha o universo
rico de um dos
criadores mais
importantes da
Música Popular
Brasileira

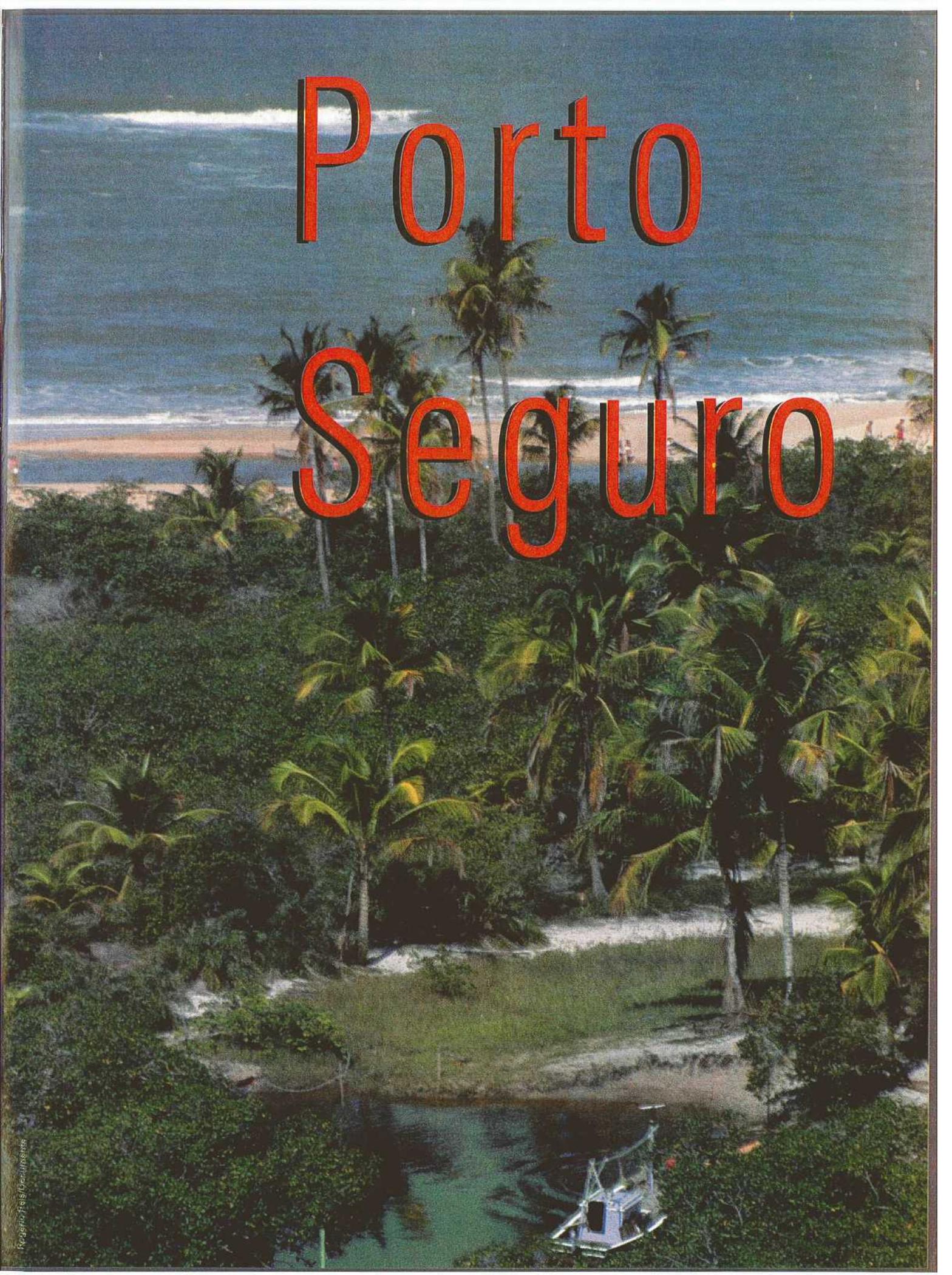


mas de auditório do rádio. Gonzaga inspirou-se no gaúcho Pedro Raimundo para montar sua indumentária de vaqueiro/cangaceiro de gibão e chapéu de couro.

Os clássicos de Gonzagão estão espalhados pelos 10 CDs que pecam pela omissão das datas de gravação e repetem algumas faixas. Quem quiser um CD-síntese desse percurso culturalmente rico pode optar por um deles, a coletânea "O nordeste na voz de Luiz Gonzaga" (1955), onde praticamente só há campeões de audiência (e qualidade).

■ **Tárik de Souza,**
jornalista

Porto Seguro

An aerial photograph of Porto Seguro, Brazil. The foreground is dominated by a dense, lush forest of palm trees and other tropical vegetation. In the lower center, a small lagoon or pond is visible, with a white boat or structure floating on its surface. The middle ground shows a sandy beach area with a few people walking. In the background, the ocean waves are breaking onto the shore under a clear blue sky. The title 'Porto Seguro' is overlaid in large, red, 3D-style letters across the upper half of the image.